

SAVANA, 28 de Setembro de 2012

SAVANA FM 100.2 MHz WWW.SAVANA.CO.MZ

SAVANA

SEMANÁRIO INDEPENDENTE

Av. Amílcar Cabral, Nº 1049 • CP. 73 • Telefones: 21301737 / 21327831, Fax: 21302402 • email: savana@mediacop.co.mz • Internet: www.savana.co.mz

Comercialização de cereais
Cabo Delgado,
Nampula, Niassa,
Zambézia e Sofala

Parceira: Casa Postal 200
E-mail: savana@mediacop.co.mz

Editor: Fernando Gonçalves ☆ Maputo, 28 de Setembro de 2012 ☆ Ano XVII Nº 97 ☆ Preço: 30,00Mt

X Congresso da Frelimo entroniza Guebuza

Yes boss!



Os novos poderosos da Frelimo



Um Milhão e Duzentos e Cinquenta mil Meticals
no primeiro prémio da lotaria

1.250.000,00MT

Habilite-se a mais ricos prémios semanais a partir de 20MT • Extração: Sábado na Sojogo • Boa sorte!



Furacão no CC

O sobe

O empresário Celso Correia, o jovem vice-ministro Alberto Nkutumula e os ministros Oldemiro Baloi e Manuel Chang são as caras mais mediáticas nas novas entradas para o Comité Central (CC) da Frelimo que, por força do seu ordenamento interno, vê partir a cada congresso, 40% dos seus membros.

Também chegaram ao CC os administradores Teodato Hunguana, Rosário Mualeia e Tomo Psico, os ministros Filipe Nyusy, Mateus Kida e Iolanda Cintura, a apresentadora de TV Catarina Dimande (nora de Alberto Chipande), os candidatos da juventude António Niquice e Osvaldo Petersburgo e a “antiga combatente” Valentina Guebuza, a jovem empresária, filha do presidente do partido e executiva nas empresas da família. Na lista dos combatentes verdadeiros foram eleitos João Pelembe, com livro de memórias publicado recentemente, Américo Fumo, hoje dado a lides empresariais e Morais Mabyeka, um incansável e invisível “aparatchik” partidário. Joana Mangueira, a responsável pelo combate à pandemia do Sida, depois de falhar em Quelimane, conseguiu chegar à meta em Pemba, o mesmo sucedendo às antigas ministras Adelaide Amurane e Aida Libombo.

Nas listas da “continuidade”, o que quer dizer que transitam do antigo para o novo CC, nada de novo, a não ser os registos das notáveis votações para o Secretário Geral Filipe Paúnde, Verónica Macamo e Edson Macuácuca e os aplausos calorosos para Graça Machel, Samora Machel Jr., Nyelety Mondlane, o mesmo sucedendo a Celso Correia, o “boss” do grupo Insitec (eleito com 1100 votos).

Elementos com potencial de ascensão e ambição para subir como Cadmiel Muthemba, Pascoal Mocumbi, Tomás Salomão, Sérgio Pantie asseguraram a sua reeleição.

Filipe Paúnde, o braço direito de Guebuza, correu sem oposição para a reeleição de SG, registando 10 votos em branco e José Pacheco, o ministro da Agricultura e ainda potencial presidencialável chegou directamente à Comissão Política (CP) como candidato único a secretário do Comité de Verificação, o órgão de disciplina do partido.

Na CP conseguiram a reeleição Margarida Talapa, Verónica Macamo, Alberto Chipande, Eneias Comiche, Raimundo Pachinuapa, Conceita Surtane e, com alguma surpresa, Eduardo Mulembwé e Alcinda Abreu, ambos com vaticínios de cartão de saída antes das votações.

À hora de fecho da edição faltavam eleger seis membros (do sexo masculino e feminino em igualdade de assentos) para a CP e o elementos do secretariado que devem ser propostos pelo SG. Entre os potenciais candidatos, os nomes mais ventilados são os de Pascoal Mocumbi, Cadmiel Muthemba, Edson Macuácuca, Oldemiro Balói, Sérgio Pantie, Samora Machel Jr. e Nyeleti Mondlane, devendo claramente ser reforçada a posição de líder incontestado de Guebuza.

Em Pemba foram eleitos 64 membros do CC, mas as Conferências Provinciais já tinham eleito 116 candidatos. Foi por essa via que chegaram ao CC a deputada Ana Rita Shitole, o antigo ministro Castigo Langa, Cara Alegre Tembe, Casimiro Huate, Arnaldo Bimbe. Eugénio Simão é suplente, o mesmo sucedendo a Virgínia Matabele, uma antiga estrela da governação Chissano. No CC estão igualmente os 11 secretários provinciais do país.

F.L.

E o desce

Um verdadeiro furacão varreu as hostes das estruturas dirigentes do partido capitaneado por Armando Guebuza, tantas são as cabeças que rolaram no cadafalso de Pemba.

A Comissão Política (CP) viu partir Teodoro Waty (que não conseguiu segurar um lugar efectivo no Comité Central), Paulina Mateus, Luísa Diogo, Aiuba Cuareneia e Aires Ali, os três últimos, todos mencionados como presidencialáveis para 2014. Manuel Tomé optou por não ir a votos ao pressentir que se preparava para “ser abatido” na votação do Comité Central (CC). Diogo já tinha tido um mau “performance” na votação para o CC, depois de ter tido a “ousadia” de ter posto a circular uma potencial corrida à cadeira de Secretário-Geral, uma plataforma de visibilidade para a candidatura às presidenciais de 2014.

No Comité Central ficou de fora Xarzada Orá, a secretária das relações exteriores do partido, mas também figuras conhecidas como Jorge Rebelo, um dos grandes protagonistas do Congresso, Jacinto Veloso, Ivo Garrido, Hama Thai, Isáú Meneses, Roberto Chitsonzo, António Fernando, Galiza Matos Jr., uma das estrelas do Congresso de Quelimane, Ildefonso Muanhantata, o governador das cotoveladas, António Sumbana, um dos confidentes do líder, Alcídio Nguenha, Lázaro Mathe, Alfredo e Manuel Gamito, Lourenço Djalma, Izadora Faztudo, a “boss” das cervejas em conflito com a cadeira de deputada, Laurinda Kanji, Isabel Nkavadeka, Esperança Machavela. Mário Machungo e Óscar Monteiro, “pesos pesados” da “velha guarda”, optaram por não ir a votos.

Nos que faziam o tirocínio para o CC, não chegaram ao pódio Ernesto Augusto (antigo vice dos transportes e Comunicações), Carlos Siliyia, o vice das pescas Gabriel Muthisse, Augusto Jone, Joaquim Mataruca, o lobbista do Igepe Hélio Simbine, o antigo bastonário Carlos Cauio e o “polícia” Flávio Menete. Felismino Tocoli, governador em Nampula e com o nome nos jornais devido a um “escândalo sexual”, é o único governador provincial que não chegou ao CC.

Prémio de consolação, tiveram aqueles que foram colocados como suplentes do CC, uma ante-câmara de espera, logo que haja vagas: Filomena Maiópué, do Incaju, Arlindo Chilundo, a antigo director da Escola do Partido envolvido nas negociatas com dinheiros da Aeroportos de Moçambique, Safura da Conceição, a “boss” da telefonia móvel da “holding” do partido, Paulo Muxanga, o poderoso PCA da HCB, Carlos Mussanhane, outro lobbista do gabinete da primeira dama, Amélia Sumbane, embaixadora em Washington, Sérgio Vieira e Teodoro Waty, a verdadeira hecatombe do congresso. Waty, para além de ter passado a imagem antipática de se querer agarrar a vários “tachos” no debate sobre a lei dos conflitos de interesse, sendo um membro da CP, tentou sem sucesso fazer-se eleger pela cidade de Maputo, uma jogada que caiu muito mal nas hostes partidárias.

F.L.

Um alfaiate de nome Guebuza

*Por Fernando Lima**

Se alguma coisa pode ser dita a quente sobre os resultados do X Congresso do partido no poder em Moçambique desde a independência em 1975, é que ele foi feito à medida exacta do alfaiate Armando Emílio Guebuza, agora verdadeiramente entronizado na cadeira do poder e com os seus acólitos bem pertinho.

Guebuza chegou a Pemba com a máquina partidária totalmente na sua mão. Pelo trabalho que começou ainda secretário-geral do partido, pelo trabalho de campo e fidelidade canina de colaboradores chave como Filipe Paúnde, Margarida Talapa e Edson Macuácuá. Estes serão também os “homens fortes” para o partido - pese o facto de Talapa ser mulher - nos próximos cinco anos.

Numa lógica maquiavélica de poder - e já Samora dizia que “com o poder não se brinca”- Guebuza desbaratou a “oposição” e deitou pela borda fora as vozes mais críticas. É sintomático Manuel Tomé ter resignado da reeleição à Comissão Política na 25ª. hora e Luísa Diogo ter sido preterida por menoridades intelectuais.

O resto do congresso foi sobretudo coreografia, não obstante as grandes encruzilhadas em que o país se encontra: altas taxas de desemprego, sobretudo entre a camada jovem, crise na qualidade de ensino, falta de habitação urbana, estratégias claras na agricultura e grandes projectos de exploração de recursos naturais, crime em alta e equidade na distribuição e redistribuição de riqueza e oportunidades. Escalpelizar as questões do país em três minutos era claramente impraticável.

Mesmo assim, a tentativa de colocar problemas, problemas sérios, continuou a cargo de militantes veteranos e combatentes da luta de libertação, como se os desafios do país não fossem também da responsabilidade dos jovens e dos quadros que trabalham na máquina governamental. A tal juventude que clama pelo seu próprio espaço, mostrou muito pouco do seu IQ, parecendo muito mais preocupada com os “lobbies” das listas de acesso ao poder, a qualquer poder, elogio permanente ao chefe e a exibição de adornos da marca Frelimo, como as controversas boinas “à Julius Malema”.

Embora Guebuza se tenha demarcado da censura e da coerção contra a comunicação social, os sinais que dão os seus colaboradores próximos, que são a prática corrente de administradores distritais e primeiros secretários dos escalões mais baixos, deixam inquietação, receio e, certamente, mais uns furos para baixo nos índices internacionais de que já fomos um orgulho em África em tempos recentes.

Uma última questão, a questão que correu em paralelo com o próprio congresso, a sucessão de Guebuza enquanto Presidente da República ficou mais em aberto, uma vez que vários delfins caíram em Pemba. Pela lógica, e em política a lógica é algo muito difuso, Luísa Diogo comprometeu irremediavelmente a sua candidatura e arrisca-se a entrar na galeria aberta pelo zambeziano Hélder Muteia. O afastamento de Aires Ali da CP coloca-o na mesma situação, beliscando claramente a sua reputação política enquanto Primeiro-Ministro.

Se há muito se deixou de ler Marx e Engels no partido que continua a convidar os seus irmãos de armas da China, da Coreia do Norte e de Cuba para os congressos, George Orwell, um velho autor do século passado, não escapa certamente à avidez literária do “dream team” (equipa de sonho) de Guebuza.

O que é um mau presságio para os moçambicanos.

**convidado ao X Congresso do Partido Frelimo*

Paúnde mais votado no Comité Central, garante lugar de SG

Por Fernando Gonçalves

Filipe Paúnde garantiu a sua manutenção no lugar de Secretário Geral da Frelimo, depois de ter conseguido uma vitória convincente nas eleições para o Comité Central desta formação política, posicionando-se em primeiro lugar com 1 438 votos, o que representa 77,4% dos votos válidos, e ter sido indicado candidato único àquele importante cargo do partido.

Paúnde concorria para a sua reeleição para o Comité Central numa lista de 46 candidatos para 23 assentos na categoria de continuidade para homens.

A sua reeleição como Secretário Geral coloca-o numa posição bastante privilegiada para suceder Armando Guebuza na Presidência da República, quando este terminar o seu mandato em 2014.

Depois de longas três horas e meia de espera, os delegados e convidados ao décimo congresso da Frelimo, incluindo a imprensa, eram convocados para a imensa sala do plenário do complexo Muchara, ao longo da Estrada Nacional Número Um, nos arredores da cidade de Pemba, onde seriam anunciados os resultados da votação realizada na manhã do mesmo dia, quinta-feira, para os 180 membros e 18 suplentes do Comité Central da Frelimo, o mais alto órgão do partido no intervalo de congressos.

A expectativa era enorme, e reinava entre os candidatos muita ansiedade em conhecer os resultados da votação, e consequentemente o seu próprio destino.

A votação tinha tido lugar a meio da manhã do mesmo dia, sendo que inicialmente se previa o anúncio dos resultados por volta das 15h, uma hora antes do que estava previsto no programa.

Apesar do Comité Central ser composto por 180 membros, na verdade a votação destinava-se apenas à eleição de 63 membros, uma vez que os outros 116 haviam já sido eleitos durante as conferências provinciais e da cidade de Maputo. O Presidente do partido, Armando Guebuza, que por inerência de funções é membro do Comité Central, tinha sido eleito como candidato único na quarta-feira.

Votação

O processo de eleições para o Comité Central obedece a um complexo exercício em que são votadas dez listas, que representam as seguintes categorias:

Continuidade Homens;

Continuidade Mulheres;

Renovação Homens;

Renovação Mulheres;

Jovens Homens;

Jovens Mulheres;

Combatentes Homens;

Combatentes Mulheres;

Áreas Económicas e Sociais Homens; e

Áreas Económicas e Sociais Mulheres

A lista de continuidade mulheres foi encabeçada por Verónica Macamo, com 1 620 votos. A terceira lista, de renovação homens, foi liderada por Oldemiro Balói, com 1 251 votos.

Na renovação mulheres ficou em primeiro lugar Adelaide Amurane, enquanto que para jovens homens situou-se em primeiro lugar o actual Vice Ministro da Justiça, Alberto Nkutumula, com 1408 votos.

A lista de jovens mulheres foi ganha por Dulce Canhema, enquanto que a de combatentes homens foi liderada pelo veterano João Facitela Pelembe, seguido de Morais Mabyeka e João Américo Fumo.

Na lista de combatentes mulheres situou-se em primeiro lugar Valentina Guebuza, filha do Presidente Guebuza, com 1 360 votos, seguida de Águeda Eduardo.

Regista-se ainda a entrada de Teodato Hunguana, que lidera a lista áreas económicas e sociais homens com 1 370 votos, e de Aida Libombo, antiga Vice Ministra da Saúde, que na lista de áreas económicas e sociais mulheres conseguiu angariar 891 votos.

Actividade de lobbies

O processo que conduziu a estas eleições foi marcado por uma intensa actividade de *lobbies*, onde cada um dos candidatos procurava influenciar os mais de 1 800 delegados tendo como objectivo obter o maior número de votos.

E não era menos importante, no caso dos membros da Comissão Política, tendo em conta que com base no sistema de quotas entre mulheres e homens, terão que sair deste órgão quatro homens e três mulheres. E quanto maior número de votos se obtiver, menos são as possibilidades de estar dentro dessa quota de saídas.

Mais importante ainda era a posição de Secretário Geral, dado que no actual cenário em que Guebuza não poderá renovar o seu mandato como Presidente da República em 2014 por imperativos constitucionais, o lugar de Secretário Geral constitui um passo significativo para o futuro candidato presidencial da Frelimo.

Paúnde era seguramente o candidato preferido por Guebuza para continuar a ocupar o cargo de Secretário Geral do partido.

Consta que Paúnde terá mesmo se reunido na noite de Domingo, primeiro dia do congresso, com os primeiros secretários provinciais do partido para lhes transmitir uma orientação superior de que ele devia ser candidato único ao cargo de Secretário Geral, e que cabia àqueles responsáveis garantir que os delegados das suas respectivas províncias dessem o maior número de votos para o Secretário Geral.

O *lobby* pró-Paúnde teve mesmo que se socorrer de um argumento não tão menos plausível, fazendo passar a mensagem, entre os congressistas e jornalistas, de que a recondução de Paúnde era um imperativo, no sentido de que Guebuza tinha sido eleito com base num programa cuja implementação só teria sucesso tendo como Secretário Geral uma figura da sua plena confiança. Nestas circunstâncias, mudar de Secretário Geral não podia ser uma opção.

Seguem as listas (por categoria e ordem decrescente) dos novos membros do Comité Central propostos pela Comissão Política, excluindo os 116 eleitos ao nível das províncias e cidade de Maputo.

- Homens continuidade:

Filipe Paúnde

Alberto Chipande

Marcelino dos Santos

Pascoal Mocumbi

Eneas Comiche

Aires Ali
Edson Macuacua
Samora Machel Júnior
Raimundo Pachinuapa
José Pacheco
Aiuba Cuereneia
Sérgio Pantie
Eduardo Mulembwe
Manuel Tomé
Tobias Dai
Cademiél Muthemba
Feliciano Gundana
Mateus Khatupa
Lucas Chomera
Zeca Morgado
Eduardo Nihia
Mariano Matsinha
Tomás Salomão

Suplentes:

Teodoro Waty
Isaú Meneses

- Mulheres continuidade:

Verónica Macamo
Margarida Talapa
Graça Machel
Carmelita Namashulua
Marina Pachinuapa
Alcinda Abreu
Nyeleti Mondlane
Luísa Diogo
Deolinda Guezimane
Conceita Sortane
Paulina Mateus
Esperança Bias
Teresa Tembo

Suplentes:

1. Amélia Sumbana

- Renovação homens:

Oldemiro Baloi
Manuel Chang
Filipe Nyusi
Mateus Kida

Suplente:

Arlindo Chilundo

- Renovação mulheres:

Adelaide Amurane
Iolanda Cintura
Francisca Domingos

Suplente:

Filomena Maiopue

Jovens homens:

Alberto Nkutumula
Henriques Mandava
António Niquice
Osvaldo Petersburg
Cachimo Raul

Suplente:

Carlos Mussanhane

- Jovens Mmulheres:

Dulce Kanhembra
Catarina Dimande
Suzete Dança

Suplente:

Fernanda Moçambique
Combatentes homens:
João Facitela Pelembe
Morais Mabyeka
João Américo Fumo

Suplente:

Salvador Zawangone

Combatentes mulheres:

Valentina Guebuza

Águeda Eduardo

Suplente:

Geraldina Mwito

Áreas económicas e sociais homens:

Teodato Hunguana

Rosário Mualeia

Celso Correia

José Tomo Psico

Suplente:

Paulo Muxanga

Áreas económicas e sociais mulheres:

Aida Libombo

Joana Mangureira

Suplente:

1. Safura da Conceição

Um programa ousado, mas possível

Um dos principais documentos aprovados pelo congresso da Frelimo, na cidade de Pemba, foi o programa do partido, o principal instrumento da sua governação para os próximos cinco anos.

O programa aprovado pelo congresso servirá de base para a elaboração do manifesto eleitoral do partido para as eleições gerais de 2014, e transformado subsequentemente em Plano Quinquenal do Governo da Frelimo que vier a sair dessas eleições.

O programa da Frelimo consiste de sete capítulos que vão desde o objectivo de promover o desenvolvimento económico e social sustentável até à cooperação internacional.

No programa, a Frelimo define-se como um partido que se guia pelos princípios de um socialismo-democrático que se alicerça na liberdade, democracia, justiça social, igualdade e solidariedade, visando “consolidar a edificação de uma sociedade com mais oportunidades para todos os cidadãos”.

Através do seu programa, a Frelimo assume-se como um partido respeitador da liberdade de expressão e de informação, desde que estas se fundem no respeito pelos direitos constitucionais dos cidadãos à liberdade de criação, de expressão, de acesso à informação, de defesa da honra, do bom nome e da boa imagem.

A reafirmação deste compromisso pode servir para tranquilizar certos sectores da sociedade, numa altura em que reina um ambiente de apreensão quanto a algumas tentativas de limitar a liberdade de expressão.

Na frente sindical, a Frelimo diz manter-se empenhada no seu reconhecimento do papel dos trabalhadores como agentes do desenvolvimento económico e social do país, e reitera que continuará a privilegiar o diálogo permanente entre o governo, os empregadores e as organizações sindicais.

Na economia, o partido continuará a defender um sistema que se guia pelos princípios do mercado livre, com uma orientação virada para a construção de uma sociedade de equidade e justiça social.

Numa sociedade ainda caracterizada por elevados índices de pobreza, e onde o fosso entre os pobres e ricos tende a ser cada vez maior, a Frelimo encara o crescimento económico e o desenvolvimento como os principais vectores para o combate à pobreza.

Embora não entre em detalhes sobre que tipo de políticas poderão vir a ser postas em prática para o alcance de tal objectivo, o programa traz uma inovação neste aspecto, colocando-se o indivíduo como o principal agente de transformação económica do país.

“Há um encorajamento que é dado às pessoas para que sejam elas os principais agentes de combate à pobreza e criação da riqueza”, diz Edson Macuácuá, Secretário do partido para a Mobilização e Propaganda.

Acesso à terra

A questão do combate à pobreza prende-se também com o sistema de acesso à terra, a qual a Frelimo ainda defende que deve continuar a ser pertença do Estado.

Nessa perspectiva, Macuácuá diz que facilidades devem ser dadas de acesso à terra em particular para a habitação dos jovens.

Através do documento, a Frelimo pretende encorajar “a realização de estudos e debates conducentes à regulamentação das melhores formas de tornar o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) num instrumento mais dinâmico para a criação da riqueza para os moçambicanos”.

“Pretendemos que o DUAT seja massificado e facilitado”, diz Edson Macuácuá.

A questão de espaço para a construção de habitação tem sido um calcanhar de aquiles particularmente em vários centros urbanos de Moçambique, sendo muitas vezes cidadãos necessitados sujeitos a esquemas de corrupção protagonizados por funcionários ligados aos conselhos municipais. Até que ponto a Frelimo irá conseguir reverter esta situação é algo que não vem articulado no seu programa.

De facto, a questão da habitação, sobretudo para os jovens, foi alvo de menção por parte do veterano da Frelimo, Marcelino dos Santos, durante o debate sobre o relatório do Comité Central ao congresso e sobre a proposta de programa.

Dos Santos, que juntamente com Pascoal Mocumbi, Lopes Tembe e outros três delegados foram apresentados aos congressistas como os únicos dos presentes que estiveram no congresso constitutivo da Frelimo há 50 anos, sugeriu que apesar do modelo de economia de mercado que o país tem estado a seguir, seria possível o Estado chamar a si a responsabilidade de uma habitação condigna com rendas acessíveis para os cidadãos, e consoante os seus rendimentos.

Uma questão que tem sido alvo de acesos debates nos últimos tempos é a utilização racional dos recursos naturais e a sua contribuição para a distribuição da riqueza no país. Tornou-se generalizada a ideia de que apenas um pequeno grupo de indivíduos ou grupos se tenham associado a interesses estrangeiros para a exploração desenfreada de recursos naturais, num ambiente sem regras e que não garantem a sustentabilidade desses recursos.

A resposta da Frelimo a esta inquietação resume-se a três parágrafos do seu programa.

Neste afirma-se que o partido “defende a exploração sustentável dos recursos naturais, de modo a dinamizar a economia e contribuir para a industrialização do país”.

Para a Frelimo, a sustentabilidade no uso dos recursos naturais deve observar o princípio de reservas estratégicas que beneficiem as futuras gerações.

“A Frelimo defende que a exploração dos recursos naturais deve ser um factor de inclusão social e de reforço da Unidade Nacional”, diz o documento.

Quanto aos recursos minerais, uma área que tem vindo a ganhar importância crucial para a economia de Moçambique, há um incentivo à participação de empresas nacionais, para além da realização de esforços para aumentar a capacidade de oferta de mão-de-obra nacional qualificada para esta indústria, desenvolvendo políticas de formação nas diferentes áreas relacionadas com a extracção de recursos minerais.

Pode-se dizer que é um programa ousado, e cuja implementação plena poderá, nos próximos tempos, transformar a vida de muitos moçambicanos. Mas o seu sucesso dependerá de como criativamente se transpõe para a prática o que vem escrito no papel. **F.G.**

Malema *moraem* Moçambique

Apesar da palavra democracia e liberdade estar sempre na boca dos dirigentes da Frelimo, os atentados à liberdade de imprensa e ao pluralismo foram um dos elementos mais marcantes do X Congresso do partido no poder em Moçambique e que este fim de semana termina em Pemba.

Mesmo antes do Congresso se iniciar, os responsáveis das empresas do “SAVANA” (grupo mediacoop) e de “O País” (grupo Soico), já sabiam que os seus jornais não poderiam circular no recinto do congresso.

A Soico, que é proprietária do canal televisivo STV, esteve sob permanente chantagem até começar o evento. Os responsáveis pela área *media* tentaram que o canal recebesse o seu sinal a partir da TVM, a televisão de Estado, o que foi liminarmente recusado. Os eventos subsequentes, decorrentes do servilismo total do canal pago pelos impostos dos moçambicanos, mostram que os responsáveis da STV estavam certos. A segunda guerra do canal privado, foi fazer a empresa pública TDM cumprir com o fornecimento da fibra óptica previamente contratualizada, segundo os seus responsáveis. O canal que tinha programado fazer a cobertura do congresso em directo foi forçado a fazer as suas primeiras emissões via satélite.

Protagonista forçado, Jorge Rebelo, que nos anos 70 foi ministro da Informação, viu os seus receios sobre a repressão aos *media* confirmados, quando a meio da sua intervenção foi abruptamente “tirado do ar” na TVM e na rádio estatal RM, a mando de Edson Macuácu, um dos “controladores” do partido.

Ironicamente, Rebelo jogou um papel crucial na proposta de Guebuza como candidato presidencial às eleições de 2004 e na extensão da presidência do Estado à presidência partidária, quando o presidente cessante Joaquim Chissano alimentava esperanças em se manter como líder da Frelimo. Aliás Rebelo disse neste congresso que Chissano quase perdeu as eleições para a Renamo em 1999, “o que deixou os militantes da Frelimo muito alarmados”.

Ao terceiro, quando os “directos” já tinham sido restabelecidos, enquanto Eneias Comiche lia no pódio do Congresso os princípios de liberdade de imprensa e pluralismo defendidos na proposta de programa do Partido Frelimo, os seguranças colocados na sala de plenários e cercanias, recolhiam zelosamente dos delegados, cópias do jornal “Savana” e de “O País”, mais uma vez a mando do secretário de Mobilização e Propaganda, Edson Macuácu.

A edição do “Savana” tinha como tema de capa “O Congresso das Alas”, dando conta da existência de várias tendências no interior da Frelimo e “O País” fez capa com Rebelo ecoando as críticas contra o racismo, a falta de abertura e diálogo e as pressões sobre a comunicação social.

Apesar do “Savana” ter sido proibido de circular no recinto do X Congresso da Frelimo por instrução expressa de Margarida Talapa (da Comissão Política do partido), centenas de exemplares da última edição foram distribuídos gratuitamente aos delegados entre domingo e terça-feira. Aparentemente, o que enfureceu Macuácu foi a capa de “O País” com Rebelo (e anteriormente com Mulembwé), depois de na segunda-feira o “controlador” dos *media* ter desesperadamente tentado evitar que a STV transmitisse a intervenção no jornal da noite, o programa mais visto do país, com uma audiência média de 1,5 milhões de telespectadores diários. Os responsáveis da STV tinham garantido que não tinham filmado a intervenção de Rebelo, mas transmitiram uma cópia alternativa de um operador que se encontrava na sala à altura. Nessa noite, a TVM “ignorou” Rebelo e a STV, não só abriu o jornal com a intervenção do mais crítico depoimento de todo o Congresso, como recolheu as declarações do reitor da Universidade Politécnica, Lourenço do Rosário que considerou a decisão de Macuácu como “um tiro no pé” da própria Frelimo. Foi necessária a intervenção do presidente Armando Guebuza para que os “directos” sobre os debates fossem reintroduzidos terça-feira, mas o dia acabou por ser manchado pela repressão contra os dois jornais. A actuação da STV mereceu também várias mensagens via telemóvel de Marlene Magaia, a assessora de imprensa presidencial.

Macuácu contactaria posteriormente um dos responsáveis do jornal “Savana” para explicar que foram “medidas de segurança” que levaram ao confisco dos jornais e que eles seriam restituídos. Macuácu, que em paralelo com o secretário-geral, Filipe Paúnde são acusados pelas alas críticas da Frelimo de “malemisar” o partido, antes do congresso, tentou controlar os comentaristas que colaboram habitualmente com os canais televisivos, sendo apontado agora,

durante do Congresso, de controlar quem diariamente se apresenta nos comentários da televisão estatal. O “*mediaFAX*” reportou sobre um sociólogo (candidato a membro do Comité Central, mas não passou) que recebeu instruções para ir à TVM desqualificar e minimizar os conteúdos da intervenção de Jorge Rebelo.

Para quem pense que o CSCS (Conselho Superior da Comunicação Social) poderia intervir perante abusos e manipulações patenteadas, Armindo Ngunga, o seu presidente apareceu no congresso de bonesinho e t-shirt partidária, mostrando de que lado está a sua independência. Ezequiel Mavota, na sua novel função estatal, não esqueceu o seu boné marca “frelimo”.

Apesar de muitos jovens terem sido criticados por aparecerem no congresso com boinas “à Julius Malema”, as alas críticas da Frelimo temem que a triunfar a linha do triunvirato Talapa-Paúnde-Macuácua, muitos dos “medos” expressos por Rebelo poderão reforçar-se e consolidar-se nos próximos cinco anos.

Os ataques e a animosidade contra a imprensa durante o congresso são apenas uma parte do ADN de arrogância e autoritarismo que se tem vindo a estender a outras esferas da agenda nacional desde o Congresso de Quelimane.

Julius Malema, já não é dirigente da juventude do ANC e está neste momento a contas com a polícia. A referência Malema corresponde a conotações racistas, a populismo político e a enriquecimento ilícito. **FL**

RESUMO SEMANAL

UNIVERSIDADE POLITÉCNICA PREMIADA NA SUÍÇA

A Universidade Politécnica recebe próximo domingo, 30 de Setembro, em Genebra, na Suíça, o Prémio ISAQ, “International Star for Quality”, na categoria Ouro, em reconhecimento aos resultados alcançados no campo da cultura e da qualidade, indica o nota enviada a nossa Redacção. “Internacional Star for Quality” é um programa anual da Business Initiative Directions (B.I.D.), que visa reconhecer o prestígio das empresas de destaque, organizações e empresários do mundo dos negócios. O galardão será recebido pelo Reitor daquela instituição de ensino, Lourenço do Rosário.

A cerimónia terá a participação de empresas de 74 países, líderes de diferentes áreas de negócios, profissionais do mundo da economia, das artes e imagem corporativa, especialistas em qualidade, bem como personalidades académicas e representantes do corpo diplomático. recorde-se que em 2007, a Universidade Politécnica recebeu, o prémio Melhor Universidade de Moçambique, atribuído pelo Banco Mundial e em 2009 os prémios Empreendedor do Ano, atribuído no Principado do Mónaco ao Reitor da Universidade Politécnica, Lourenço do Rosário, e ainda o Prémio Responsabilidade Social, pela Ernest & Young.

UEM PREPARA EM CONFERÊNCIA CIENTÍFICA

No âmbito das celebrações dos 50 anos do ensino Superior em Moçambique, a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) realiza nos dias 15 e 16 de Outubro, na capital do País, uma conferência científica que visa debater e estimular o desenvolvimento da investigação científica em Moçambique.

Segundo uma nota recebida na nossa Redacção, tomarão parte do evento cerca de 500 participantes, entre reitores, docentes, investigadores, estudantes, políticos, parceiros de cooperação e demais convidados da sociedade civil.

BM E KFW LANÇAM SEGUNDA FASE DO PROGRAMA AFCF

O Banco de Moçambique (BM) e o Banco de Desenvolvimento Alemão KFW lançaram nesta quinta-feira, a segunda fase do projecto “Access to Finance Challenge Fund” (AFCF). O AFCF foi criado no âmbito do programa “Financial Sector Technical Assistance Program” (FSTAP), que visa apoiar o Governo moçambicano a melhorar a solidez e eficiência do seu sistema financeiro, cuja implementação está a cargo do BM.

A segunda fase do AFCF (2012-2013), vai disponibilizar cerca de 960 mil euros (36 milhões de meticais), sendo que a grande aposta deste projecto é a inovação em serviços bancários como “mobile banking” e moeda electrónica que estão em franco crescimento em países vizinhos. Em Moçambique estas inovações prometem tornar os serviços financeiros mais acessíveis e disponíveis para todos.

EUA REFORÇA PREVENÇÃO DO HIV/SIDA

O governo dos Estados Unidos da América (EUA), através do Programa de Apoio a Pequenos Projectos do PEPFAR (Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos da América para o Alívio do SIDA), alocou USD1.4 milhões com vista a financiar 27 organizações parceiras que operam na área de prevenção e combate ao HIV/SIDA no país. O fundo será implementado em projectos nas áreas de prevenção da transmissão do HIV/SIDA, fortalecimento de sistemas de saúde, formação profissional e implementação de actividades de geração de renda para as pessoas afectadas ou que vivem com o HIV/SIDA.

BALOI PRESIDE REUNIÃO DA SADC

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Oldemiro Baloi, presidiu na passada terça-feira, à margem da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da SADC. O encontro ministerial de consultas e concertação teve o propósito de analisar os progressos alcançados na resolução dos conflitos existentes no Leste da República Democrática do Congo e na República de Madagáscar, desde a última Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, que teve lugar na cidade de Maputo em Agosto passado.

Este encontro, precede a reunião de alto nível sobre o Leste da República Democrática do Congo que tem lugar esta quinta-feira, auspiciada pelas Nações Unidas.

Congresso da Frelimo e o sentido dos votos em branco

O décimo congresso da Frelimo, que termina este fim-de-semana, na cidade de Pemba, reelegeu, na última quarta-feira, Armando Guebuza para o cargo de Presidente do partido por um mandato de mais cinco anos, dando-lhe uma margem folgada de 98,76 por cento de votos dos 1 858 delegados que exerceram o seu direito.

Nesta votação, Guebuza obteve 1 835 votos a favor, contra 23 em branco. Não foram registados quaisquer votos nulos.

Guebuza, que foi o único candidato, acaba assim de demonstrar a sua hegemonia e controlo absoluto sobre toda a máquina partidária da Frelimo, o que lhe permitirá, nos próximos cinco anos, dirigir o partido sem ter que se sujeitar aos constrangimentos de compromissos que eventualmente teria que fazer com outras alas dominantes no seio dos seus camaradas.

Guebuza assumiu a presidência do partido pela primeira vez em 2005, depois de conseguir o seu primeiro mandato como Presidente da República, em substituição de Joaquim Chissano.

Ele viria a ser confirmado como Presidente do partido no nono congresso realizado em Novembro de 2006 em Quelimane, mas mesmo assim foi necessário manter um certo equilíbrio entre elementos da sua inteira confiança e aqueles que transitavam do regime de Chissano, e dessa forma manter a coesão do partido durante este período transitório.

Mas esse delicado período passou para a história, e agora Guebuza, que dificilmente consegue disfarçar o seu apetite pelo poder, encontra-se numa posição de tal força que não se sentirá constrangido em indicar, a dedo, o seu sucessor como Presidente da República, findo o seu segundo e último mandato em 2014.

Com os resultados do Comité Central tendo sido já conhecidos ao cair da noite de quinta-feira, os primeiros sinais do rumo que Guebuza pretende seguir poderão ser vistos na figura que ele irá escolher como candidato a Secretário Geral do partido, bem como da composição da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Apesar de que ao nível da retórica pública estes órgãos sejam eleitos pelos membros do Comité Central, o Presidente do partido tem uma forte influência nesse processo, sendo a sua vontade raramente contestada.

Foi assim que aconteceu em Quelimane, quando Guebuza, contra todas as previsões, escolheu Filipe Paúnde como Secretário Geral. Paúnde, um antigo Primeiro Secretário do partido na província de Sofala, é reconhecido como um comissário político de gema, mas não se lhe reconhecem enormes atributos em matéria de administração e gestão moderna de uma máquina complexa como é a Frelimo. Mas era o tipo de figura que Guebuza precisava para consolidar o seu poder, e gradualmente ir se distanciando da anterior ordem.

O punho de ferro com que Guebuza procurou impor o seu poder na Frelimo contribuiu para o alienar de alguns sectores no seio da Frelimo, incluindo aqueles que apoiaram a sua subida ao poder, convencidos de que essa era a opção ideal para resgatar a Frelimo e colocá-la, como sempre tinha sido no passado, de volta ao posto do comando da política do governo.

Entre estes sectores incluíam-se os antigos combatentes da luta de guerrilha da Frelimo, que se sentiam marginalizados pelas reformas introduzidas visando o aperfeiçoamento e modernização da administração pública e das forças armadas, reformas introduzidas pelo regime de Chissano, depois do fim da guerra civil.

Os 23 votos em branco obtidos nesta última eleição de Guebuza devem ser vistos no contexto deste grupo de camaradas desavindos com o líder que ajudaram a chegar ao poder.

Aqueles votos em branco não devem ser olhados com desprezo e encarados como a expressão de uma minoria insignificante. Muito menos tentar atribuí-los a delegados provenientes de classes sociais baixas, que terão assim votado por não saberem escrever. São votos de gente bem instruída, que só quis registar o seu protesto.

Os 23 delegados que assim decidiram votar podem ser uma minoria, mas certamente que representam um sentimento de descontentamento dentro da Frelimo que qualquer líder só pode ignorar por conta e risco próprios.

A talhe de foice

Por Machado da Graça

O spot

O nosso compatriota Armando Guebuza tem, muito claramente, grandes problemas de assessoria no que diz respeito à gestão da sua imagem pública. Quer como Presidente da República, quer como Presidente do partido Frelimo.

Não sei quem dirige essa actividade, embora possa tentar adivinhar, mas sei que é alguém que pouco, ou nada, percebe daquilo que está a fazer.

Pelo que posso avaliar esse alguém entende que valorizar a imagem de Guebuza é tê-lo, permanentemente, em frente dos moçambicanos. Todos os dias e a todas as horas.

E isso é totalmente errado. É até contraproducente, de resto. Na prática, quem faz isso está a sabotar aquele que diz servir. Porque está a provocar um efeito de saturação que gera repulsa.

Eu dou um exemplo: Armando Guebuza preside a inauguração de qualquer coisa, durante uma determinada manhã. A Rádio Moçambique faz a cobertura, em directo, da inauguração, com destaque para as palavras de Armando Guebuza. Ao meio dia e trinta, no RM Jornal, as mesmas palavras voltam a ser postas no ar, a abrir o jornal, o mesmo acontecendo na edição da noite do jornal radiofónico. No final deste, aparece o programa Em Foco em que, como o leitor já deve adivinhar, volta a acontecer o mesmo.

E como todos os dias há uma qualquer inauguração, com a presença presidencial, todos os dias isto se repete até à exaustão. Desde as coisas mais importantes, como cimeiras internacionais, até às mais corriqueiras, Guebuza está lá, Guebuza discursa e o seu discurso é repetido a todas as horas e em todos os momentos nas ondas sonoras.

Mas, quando eu julgava que não era possível ultrapassar esta situação desastrosa, aconteceu o SPOT.

Durante o período anterior ao Congresso do Partido Frelimo, foi gravado um spot com uma mensagem de apoio ao congresso, lida por Armando Guebuza. E esse spot passou a ser transmitido, nos períodos comerciais da RM, tal como é feito com marcas de arroz ou telemóvel, com óleos de cozinha ou serviços bancários. Três, quatro vezes ao dia, durante muitos dias seguidos, a mesma voz, lendo a mesma mensagem, foi repetida até à náusea. Até as pessoas, como eu, ao ouvirem a musiquinha introdutória, desligarmos o receptor. A mensagem do Presidente do partido Frelimo até nem era desinteressante, mas todos os dias, várias vezes ao dia, tornou-se insuportável.

Isto para não falarmos do aspecto de banalização da voz de Armando Guebuza. Embora nesse spot ele falasse na sua qualidade de Presidente do partido Frelimo, não nos podemos esquecer que ele é, também, o nosso Chefe de Estado e que, portanto, não pode ser colocado ao mesmo nível de um anúncio de detergentes.

Mas tudo isto, que me parece ser bastante evidente, parece não ter cabimento entre as orelhas de quem é pago para fazer esse trabalho. E imagino que bastante bem, a avaliar pelo que engordam, esses assessores feitos à pressa. Como se dizia antigamente, mal paridos...

E não posso deixar de lamentar que os dirigentes dos órgãos de informação do sector público aceitem as ordens destes assessores que, com base no famoso artigo 75º dos estatutos do partido Frelimo, acham que podem dar ordens aos seus militantes que colocaram como dirigentes desses media.

Porque será que cada vez me lembro mais de figuras como Hitler, Mussolini, Estaline, Franco e Salazar, ao pensar nesta nossa democracia tão peculiar?

Não só o White tem tomates...!

Por Nuamantibjana*

Há alguns meses, indignado com a falta de tomates para se tomar decisões para se pôr termo a gritantes e inadmissíveis situações (incluindo o conflito em torno de tomates)..., um White, o Eduardo, *elogiou* os tomates do vizinho considerando-os melhores que os nossos. Na altura, os meus sentimentos de patriotismo e de induzida auto-estima convidaram-me à cegueira, acreditando que a falta de tomates limitava-se aos próprios tomates.

A recente publicação do relatório do Fórum Económico Mundial, intitulado Índice de Competitividade Global (ICG) 2012-13, que mede e compara a competitividade entre os países, fez-me perceber (algo que já devia ser óbvio) que a crise de tomates extrapola o tomateiro, a culinária e o *mukhero*. Abrange também esferas cruciais como é o caso da competitividade do país, e não só. Explico-me: No ICG 2012-13, o país situou-se na 138ª posição, a apenas 6 posições do fundo do *ranking*. A (má) qualidade das infra-estruturas, das instituições e do capital humano, bem como o ambiente macroeconómico fizeram com que Moçambique *lograsse* situar-se na pior posição dentre os 13 países avaliados na SADC. De facto, o país realizou a *difícil* tarefa de superar pela negativa países politicamente instáveis como o Zimbabwe e o Madagáscar. Noutros termos, o país, que já era um dos piores do *ranking*, deu-se ao luxo de caminhar a passos largos para o fundo do poço. Sim, ao luxo, porque no actual contexto dos desafios resultantes da descoberta de consideráveis quantidades de diversos recursos minerais, com destaque para o gás e carvão, esperava-se que o Governo tomasse decisões de política, conducentes à melhoria da competitividade do país e, deste modo, evitar os

efeitos perversos destes para o resto da economia.

Um favorável ambiente de negócios é condição *sine qua non* para que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) possam crescer e servir às grandes multinacionais em bens e serviços de qualidade e em quantidade. Só assim estarão asseguradas as condições para criação de emprego, em consequência da exploração de recursos minerais. Teoricamente, o discurso político do dia é favorável à melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do empresariado nacional. Mas, em termos práticos, se sente uma falta de tomates por parte de todos, ou se calhar de muitos, em transformar esse discurso em realidade:

Do parlamento em aprovar com celeridade a Lei de Insolvência e assim acabar com o *ping-pong* entre os poderes executivo e legislativo, deste tão almejado instrumento legal que perdura lá vão já 5 anos, e que ajudaria no processo de reestruturação de empresas com problemas financeiros. E, ainda, em aprovar o pacote anti-corrupção na sua íntegra com vista a travar a onda crescente de corrupção de pequena ou grande escala e, por conseguinte, baixar o custo de se fazer negócios em Moçambique.

Do sector privado em conduzir um diálogo com o sector público que seja efectivo em termos de produção de resultados. Isto é, que transforme os encontros periódicos de ostentação e desenvolvimento de *lobbies* com a oligarquia dos tomateiros sem tomates para mero interesse individual, e de manifestação emocional de preocupações muitas vezes pouco representativas, em verdadeiros momentos de discussão de políticas e constrangimentos ao desenvolvimento da actividade empresarial, bem como de apresentação de propostas concretas de reformas, sempre assentes em estudos cientificamente realizados.

Do Governo em assumir a melhoria do ambiente de negócios como prioridade, em assegurar a devida liderança e coordenação na implementação das respectivas reformas, em adoptar uma estratégia dinâmica, objectiva, realista e com prazos claros, tendo em conta a época de florescimento do tomateiro.

Do Governo em transformar ainda as promessas eleitorais (de acabar com a corrupção, o burocratismo e o deixa andar que, pelo custo de transacção que representam, inibem o investimento e desgraçam o sector privado) em medidas práticas e urgentes que se consubstanciem no rápido atendimento aos cidadãos (cumprimento dos prazos estabelecidos), minimização do contacto entre o sector privado e o ente público, responsabilização dos corruptos e outros prevaricadores, etc.

Do Governo em reformar o quadro regulatório da terra de modo a tornar o DUAT transaccionável por via de mercado e, por essa via, aceitável pela banca como colateral para efeitos de acesso ao crédito, sobretudo pelas MPME's detentoras da terra, seu principal activo (em muitos casos, o único).

Do Governo em servir de exemplo de transparência e igualdade de oportunidade aos agentes económicos nos concursos públicos (ou em situações em que se deveria por lei optar pelo concurso público), e, simultaneamente, evitar imposição de custos adicionais de transacção ao sector privado através do *rent seeking*, alegadamente para aumentar a eficiência.

Do Governo em implementar reformas concebidas com excelência e com um forte potencial em facilitar a realização de negócios no país. É o caso da Janela Única Electrónica que, dadas reclamações recorrentes dos usuários contra a morosidade do processo de desembarço aduaneiro, o país corre o risco de perder a oportunidade de servir de exemplo na SADC como pioneiro de uma plataforma electrónica bem sucedida, que sirva ao comércio internacional.

E por fim, do Governo em aceitar que a Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN 2008-2012), pelos resultados, foi um fracasso; Caracterizou-se por uma quase completa descoordenação institucional; Confundiu-se a resolução de problemas (falta de transparência e de coordenação das inspecções às actividades económicas) com a criação de instituições sem dotação de recursos para um efectivo funcionamento (INAE – Inspeção Nacional das Actividades Económicas). Em aceitar, ainda, que o impacto da EMAN sobre o ambiente de negócios e sector privado foi quase nulo. Aliás, o desempenho de Moçambique no *Doing Business* do Banco Mundial não deixa equívocos. Em 2011, o país posicionou-se na 139ª posição, o que significou uma melhoria, em termos nominais, de 0.2 posições por ano, nos últimos 5 anos. A este ritmo, o sonho manifestado pelo Excelentíssimo Presidente da República, Armando Guebuza, de ver o país no topo do ranking da SADC em 2015 (e, por essa via, principal destino de investimento privado na região não só sector de indústria extractiva), poderá ser adiado, no mínimo, por 5 séculos, precisamente para o ano 2591 (oxalá que não falem tomates à *geração da viragem* já no poder nessa altura).

Tudo, por falta de tomates. Não *dele*, mas sim de todos nós, legisladores, fazedores e implementadores de políticas, homens de negócios e seus representantes no diálogo, dos parceiros de cooperação e da sociedade, no geral.

Bem, seria injusto não reconhecer que, nalguns momentos, amiúde, sente-se o florescer do tomateiro. Sente-se, sim, quando a Autoridade Tributária, apercebendo-se da existência de distorções no mercado doméstico resultantes da implementação do Código de IVA (Imposto de Valor Acrescentado), em particular no sector de agricultura, que possam (ou que estejam) minar a comercialização, toma a coragem de discutir abertamente o problema com o sector privado (e outros actores relevantes) e, por consequência, corrigir tais distorções.

Sente-se o tomateiro a florescer quando o Ministério da Indústria e Comércio, através do Decreto 5/2012, de 7 de Março, expande o licenciamento simplificado de 44 para cerca de 200 áreas em 9 sectores de actividade económica. Este esforço, conjugado com a implementação do Imposto Simplificado de Pequenos Contribuintes (ISPC) contribuirá para a redução da concorrência desleal entre o formal e o informal.

Seja como for, a preocupação com a falta de tomates mantém-se na medida em que quando o tomateiro dá sinais de florescer, o sistema vigente encarrega-se de tornar os tomates resultantes perpetuamente verdes. E, como bem disse o White, os maduros, como os do vizinho, são sempre melhores e desejáveis. Quiçá do Congresso à porta venha o estrume necessário para o reflorescimento do nosso tomateiro...!

** PS: Resta saber se o autor deste artigo terá tomates para assumi-lo.*

Tanglomanglo

Por Fernando Manuel

Meu testamento

Tive uma infância normal, a correr atrás de uma bola de trapos de tronco nu e descalço nos arredores da vila de Macia. Mais tarde, completei essa infância nos subúrbios da Cidade de Lourenço Marques para onde tinha sido transferido para viver com uma tia e ter facilidade de acesso à escola. Durante esse tempo, ainda me lembrava das tardes que tinha passado debaixo da chuva com outras crianças todos nus, numa grande alegria e festa. Esta alegria renovava-se sempre ao final de cada ano, porque nessa altura ia passar duas ou três semanas das férias de Natal, junto aos meus pais e irmãos na Macia. Passava então manhãs e tardes inteiras a deambular pelos campos, a alimentar-me de caju, mafurra, mangas e outras frutas completamente esquecido da necessidade de voltar para casa para ir comer. Na verdade, só voltava ao cair da noite para tomar banho e deitar-me pesadamente por cima da esteira quase sem me cobrir porque não era necessário. Foi o período de vida em que mais profunda e serenamente dormi até hoje. Passei a minha juventude de uma forma também perfeitamente normal, a frequentar uma escola técnica profissional, donde saí com diploma de torneiro mecânico. Aos 20 anos consegui emprego nos Caminhos de Ferro de Moçambique com aquela especialidade e um salário de que não me poderia nunca queixar. Estava na verdade acima daquilo a que se poderia considerar média. Com o meu primeiro salário comprei uma capulana para minha avó e uma botija de rapé, comprei um fato e um chapéu de palha para o meu pai, uma blusa e uma saia rodada para minha mãe e lenços para as cabeças das minhas cinco irmãs. Julgo que nunca me senti tão feliz na vida do que nessa altura, embora eu não apercebesse disso. Só hoje é que dou importância a isso, arrependido de não ter sabido aproveitar-me melhor dos momentos de alegria que a situação me dava. Mas a culpa não é minha. Eu não sou adivinho. Casei-me aos 30 anos e aos 35 já tinha três filhos e foi onde começou o inferno em que a minha vida se tornou e foi piorando até agora que estou no limiar dos 60 anos. Embora relutante no princípio, sempre acabei por recorrer aos serviços de curandeiros. Drenei rios de dinheiro, de tempo e paciência para resolver nada. O diagnóstico era sempre o mesmo: durante os anos da minha infância que passei com a minha avó, por artes de feitiçaria, ela colou ao meu corpo e na minha mente um espírito dos que ela utilizava como feiticeira para me fazer a vida negra quando atingisse a maturidade. O meu desespero não é saber disso, é saber que nunca na vida me poderei livrar desse espírito. Estou a minguar e este é o meu testamento, porque antes da morte advirá a loucura.

Fungulamaso

Por Carlos Serra

Partidos políticos

Quanto mais intenso o conflito político, mais intensa a busca de coesão interna nos partidos; partidos maioritários e condutores de Estados possuem maior capacidade para tolerar nas suas periferias os militantes propensos à crítica, às mediações e aos compromissos; partidos sem adversários de relevo tendem à morte.

Um partido é tão mais robusto quanto mais tiver de lutar contra adversários de relevo pela gestão e manutenção do Estado, especialmente nos países onde a promiscuidade entre partido e Estado é íntima.

Quanto mais robusto, mais fechado aos estranhos, aos adversários. A intensidade da luta mede-se pelo combate às contradições internas, pela quantidade de hostilidade para com os adversários e pela recusa sistemática de compromissos.

Parece ser uma regra a de que os partidos precisam de lutar para sobreviverem politicamente. E lutando, temos o paradoxo de vermos adversários tornados “aliados”.

SAVANA no Informal

Por Fernando Manuel

Milagres

Uma avaliação feita com base exclusivamente no caudal de informação que nos tem caído em cima da cabeça nos últimos tempos, conduziria inevitavelmente à conclusão de que Moçambique parou no espaço e no tempo. Ou melhor, que gira, mas gira unicamente à volta de um pólo. O décimo Congresso da Frelimo que decorre em Pemba desde Domingo passado é claro que se investiu muito para que as coisas assim aconteçam. De resto, nunca poderia ser de outra forma. Seja como for, essa conclusão é errónea, mas é assim que se faz a história e o cérebro dos povos. Mesmo assim, não dá para negar que de uma forma ou de outra, uma parte significativa das atenções e dos nomes que fazem o nosso dia-a-dia em diversas áreas encontra-se por um motivo ou outro em Pemba. O conjunto das fotos desta semana foi tomado lá e pode constituir uma pequena amostra dos personagens que por lá vão mostrando a cara e dando voz a tudo o que acham de interesse, a saber:

Daniel David, PCA do grupo Soico que montou o quartel general da sua STV em Pemba.

Salimo Abdula, empresário, Rogério Manuel, empresário e presidente da CTA.

Domingos Tivane, Diretor-Geral das Alfândegas, Tomás Salomão, Secretário Executivo da SADC.

Orelvo Lapucheque, jornalista da Miramar, Atanásio Marcos, jornalista da TVM e Jeremias Langa, jornalista da STV.

E para mostrar a importância que as pessoas no fim de contas dão ao que os jornais, as revistas, rádio e televisão lhes atira aos olhos e aos ouvidos está este ilustre cidadão anónimo a ler o nosso semanário em plena sala onde está a decorrer o Congresso. Na verdade, tudo que sai de dentro da sala para fora não passa de discursos estereotipados e sem conteúdo. Tudo o que de mais profundo e delicado se passa nos seus bastidores jamais será do nosso conhecimento. O que nós estamos farto de saber por ser demais repetido, é que este é o Congresso do “nosso glorioso partido Frelimo”, e que Guebuza tem uma liderança lúcida e forte e que depois destes dias passados em Pemba já nada será como dantes. Tudo irá para o melhor, como que ao sabor de uma varinha mágica. Ainda há gente e é isso que nos vale que acredita nesses milagres. No fundo, um homem que deixe de acreditar em milagres está condenado à solidão e quase ao chegar ao cúmulo da sabedoria.

PAG 12 PAIS

OAM anula inscrição do advogado português João Mayer Moreira

- apesar de ser licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, o filho do antigo ministro do Ultramar Adriano Moreira solicitou equivalências ao ISCTEM para uma segunda licenciatura em Direito, para obter inscrição na OAM como advogado estrangeiro diplomado em Moçambique

Por Emídio Beúla

Por despacho de 19 de Julho de 2012, a OAM (Ordem dos Advogados de Moçambique) decidiu pela anulação da inscrição de João de Lima Mayer Alves Moreira, advogado português com duas licenciaturas em Direito, a primeira pela Faculdade de Direito de Lisboa (Universidade Clássica de

Lisboa) e a segunda pelo ISCTEM (Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique). O bastonário da OAM escreve no seu despacho (cuja comunicação é de 23 de Julho de 2012, assinada por Tânia Waty, directora executiva da instituição) que João Moreira solicitou uma nova licenciatura em Direito ao ISCTEM para obter a inscrição “por esta via fraudulenta”.

Filho de Adriano Moreira - antigo Ministro de Ultramar e actualmente Professor Catedrático jubilado da Universidade Técnica de Lisboa, o advogado que viu a sua inscrição na OAM anulada integralmente, desde 2010, a empresa portuguesa de advogados, a VdA (Vieira de Almeida & Associados). Foi pela mão da VdA que veio para desempenhar em Moçambique as funções de “ligação/coordenação” com a empresa Silva Garcia, Advogados & Consultores, Lda, à luz do acordo existente entre os dois escritórios de advogados. No despacho de Gilberto Correia lê-se que João Moreira foi “colaborador do ISCTEM” no contexto do memorando de entendimento entre esta instituição de ensino superior e o escritório português de advogados VdA. Ainda no ISCTEM, João Moreira é assistente de Direito Comercial (I e II), duas disciplinas leccionadas no terceiro ano do curso de Direito. Ainda em Moçambique, o advogado com inscrição na Ordem dos Advogados Portugueses constituiu, pela escritura de 03 de Março de 2011, uma sociedade individual denominada Mayer Moreira, Consultoria – Sociedade Unipessoal, Limitada, com um capital de dois mil meticais. Segundo o BR n.º 21, III Série, 2.º Suplemento de 27 de Maio de 2011, o objecto social Mayer Moreira, Consultoria consiste na “prestação de serviços de consultoria, gestão e investimentos, com a máxima amplitude permitida por lei, podendo ainda exercer quaisquer outras actividades relacionadas, directa ou indirectamente, com o seu objecto principal, bem como outras actividades com fins lucrativos não proibidas por lei, desde que devidamente autorizadas e o sócio assim delibere”. A empresa tem a sua sede na cidade de Maputo.

Anulação da inscrição

Ao solicitar equivalências ao ISCTEM para obter uma licenciatura em Direito, quando ele já era licenciado no mesmo curso pela Universidade Clássica de Lisboa, João Moreira visava obter a inscrição na OAM por via fraudulenta, segundo o despacho do bastonário. Na verdade, o artigo 150.º (exercício da advocacia por estrangeiros) do Estatuto da Ordem dos Advogados de Moçambique dispõe no seu número um que “os estrangeiros diplomados por qualquer Faculdade de Direito de Moçambique podem inscrever-se na Ordem dos Advogados, nos mesmos termos que os moçambicanos”. Apesar de ser diplomado por uma universidade “mais antiga e mais prestigiada do que o ISCTEM”, tal como classifica o despacho do bastonário, João Moreira solicitou a este instituto um segundo diploma em Direito justamente para garantir a sua inscrição na OAM como um estrangeiro diplomado por uma faculdade moçambicana. E como o Direito ensinado nas escolas moçambicanas é uma cópia do Direito português, João Moreira conseguiu no ISCTEM equivalências em todas as cadeiras, tendo feito apenas um trabalho de culminação de curso, em 2011.

Ele fugia assim às exigências de que dispõe o número dois do artigo citado, que incluem a realização, na OAM, de um exame de avaliação e aptidão e a satisfação dos demais requisitos estipulados pela ordem. O Estatuto da Ordem dos Advogados de Moçambique foi aprovado pela Lei n.º 28/2009, de 29 de Setembro, da Assembleia da República. A mesma foi promulgada pelo Presidente da República no dia 31 de Agosto de 2009.

Regulamento para inscrição de advogados estrangeiros

Desde 2010, Moçambique tem sido um dos destinos de eleição para muitos portugueses que fogem da crise que varre a Europa. Por mês, há registo de mais de 140 cidadãos portugueses que chegam ao país à procura de novas oportunidades num país com significativo crescimento económico. São pessoas com formação superior e experiência acumulada, o que lhes dá largas vantagens competitivas num mercado com recursos humanos pouco treinados.

Evocando a necessidade de indicar “os demais requisitos para inscrição de advogados estrangeiros, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 150.º do EOAM”, a Assembleia Geral, reunida nos dias 3 e 5 de Dezembro de 2011, aprovou a deliberação n.º 1/AG/2011 de 5 de Dezembro.

Trata-se do regulamento para inscrição e exercício de advogados estrangeiros em Moçambique, que define o advogado estrangeiro como todo o cidadão que não possui a nacionalidade moçambicana, inscrito numa ordem de advogados ou instituição similar estrangeira.

Apesar de manter a inscrição de advogados estrangeiros licenciados em Direito por instituições de ensino superior moçambicanas nas mesmas condições que os advogados moçambicanos, o regulamento faz notar no n.º 2 do artigo 4.º que esta abertura não se aplica ao estrangeiro que requeira a equivalência ou conclua apenas algumas disciplinas numa instituição de ensino superior moçambicana. Este articulado é chamado à colação no despacho do bastonário da OAM, referindo que o mesmo foi violado por João Moreira. Porém, o regulamento para inscrição e exercício de advogados estrangeiros em Moçambique entrou em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2012, depois de João Moreira ter obtido equivalências no ISCTEM.

Para além das exigências presentes no Estatuto da OAM, o novo regulamento acrescenta outras, designadas por requisitos especiais para a inscrição de advogados estrangeiros. Estes incluem 20 anos de exercício de advocacia, registo criminal reconhecido pelas autoridades consulares e/ou diplomáticas moçambicanas, não estar suspenso ou interdito do exercício da advocacia em qualquer jurisdição, quitação fiscal dos últimos cinco anos do país de origem ou dos países onde tenha exercido a advocacia e domínio da língua portuguesa.

“Não tenho nada a declarar”, João Moreira

O **SAVANA** contactou o advogado português João Moreira, mas ele preferiu não prestar declarações sobre a anulação da sua inscrição na OAM. “Depois de ter reflectido sobre o assunto, cheguei à conclusão de que não tenho nada a declarar”, disse ao jornal na última sexta-feira, num contacto telefónico.

Já o docente e advogado Salimo Omar, que no ISCTEM é regente de Direito Comercial I e II, confirmou ao **SAVANA** que trabalha com João Moreira nas duas cadeiras leccionadas no terceiro ano. “Confirmando que ele é meu assistente nas disciplinas de Direito Comercial. Quanto ao resto não comento porque não tem nada a ver com a academia”, disse, acrescentando que se trata de um “assunto de foro pessoal e profissional”. O bastonário da OAM, Gilberto Correia confirmou o despacho, mas negou prestar mais declarações sobre o caso. “Eu não posso comentar o meu próprio despacho”, disse ao **SAVANA**.

ISCTEM diz que agiu dentro da lei

Do ISCTEM o **SAVANA** conseguiu conversar com Henriques Henriques, coordenador do curso de Direito desde 2003. Ao jornal ele contou que João Moreira solicitou ao ISCTEM, a 11 de Março de 2011, equivalências para a obtenção de uma licenciatura em Direito. Uma vez que tinha feito o curso em Lisboa, obteve-as em todas as cadeiras, tendo feito apenas o trabalho de culminação do curso. Defendeu o mesmo trabalho com 16 valores. Em Dezembro de 2011, obteve a segunda licenciatura pelo ISCTEM. O coordenador do curso de Direito disse que a instituição sabia que Moreira já era licenciado em Direito por uma universidade portuguesa, mas não o questionou sobre a motivação em ter uma segunda licenciatura na mesma área. “Não cabe a nós perguntar às pessoas por que razão pretendem fazer um determinado curso”, disse. Justificou o procedimento com base no artigo 4º da Lei do Ensino Superior (Lei nº 27/2009, de 29 de Setembro). Dispõe o número um deste articulado que as condições de acesso a cada instituição de ensino superior são regulamentadas pela mesma instituição, observando sempre os parâmetros de enquadramento legal existente e políticas nacionais do sector e da preferência do candidato, o seu nível de conhecimento científico e aptidões, inclusive a capacidade da própria instituição.

Henriques Henriques enquadrou também a actuação do ISCTEM no caso em apreço na autonomia científica e pedagógica de que gozam as instituições de ensino superior, nos termos da Lei nº27/2009, de 29 de Setembro. O nº1 do artigo 7º da Lei do Ensino Superior diz que a autonomia científica e pedagógica confere às instituições de ensino superior a capacidade de definir, entre outras coisas, as áreas de estudos, planos, programas, projectos de investigação científica, métodos de ensino, escolher processos de avaliação e introduzir novas experiências pedagógicas.

Apesar de afirmar que o ISCTEM não sabia que ao solicitar equivalências, João Moreira pretendia obter uma inscrição fraudulenta na OAM, o coordenador do curso de Direito disse não entender a anulação da inscrição. “A solicitação de equivalências foi muito antes da aprovação do regulamento para inscrição de advogados estrangeiros”, disse. A solicitação foi a 11 de Março de 2011 e o regulamento entrou em vigor a 01 de Janeiro de 2012.

Em declarações ao **SAVANA**, um jurista estranhou a actuação da OAM, por julgar que a mesma colide com um princípio básico em Direito, que estipula que qualquer norma só pode ser aplicada retroactivamente quando disso resultar benefícios para as pessoas jurídicas envolvidas

PAG 14 PAIS

A domadora de catrapilas

A Luísa vive em Tete, mas não é maninha da outra, a Sra. Diogo, que é mesmo nativa e que um dia destes pode de novo saltar para os escaparates das 100 mulheres mais poderosas do planeta.

Esta Luísa, que do progenitor herdou o nome de Bartone, nasceu há 33 anos em Gaza e foi parar a Tete porque o pai é um daqueles abnegados de AK-47 ao peito. A Luísa não usa arma mas não tem medo de montar diariamente o maior camião do mundo, o CAT 797F que leva no bojo, por cada carrada, nada mais, nada menos que 400 toneladas. Subir à cabine são 7 metros, qualquer coisa como um prédio de dois andares e os pneus têm quatro metros de altura. O gatinho(cat) da Caterpillar tem seis e cada um custa USD 50.000,00. Consome 100 litros de combustível por hora mas o tanque leva 5000. O “brinquedo”, que só é fabricado na terra do presidente Obama, custa a módica quantia de USD 5 milhões.

A Sra. Bartone completou a 12ª. classe e tem três filhos. Não está sozinha na cava a céu aberto do carvão de Moatize. Tem mais uma colega. O resto é tudo macho. Trabalha 12 horas/dia (incluindo pausas) e por cada quatro jornadas diárias folga outros quatro dias.

Há noite, dorme o sono dos justos. “Não tenho pesadelos”, diz de sorriso largo.

F.L.

Hilário Matusse (1956-2012)

Foram, nesta segunda-feira 23 de Setembro, a enterrar no cemitério de Lhanguene os restos mortais do jornalista e escritor Hilário Matusse, falecido, última quinta-feira, 20 de Setembro, vítima de paragem cardíaca.

O enterro foi antecedido de um velório na sede da Associação Moçambicana dos Escritores (AEMO).

Neste local, que substituiu a sede do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ) por estar em obras, familiares, amigos e colegas de profissão do momento e dos tempos idos prestaram a sua última homenagem.

Embora ausente da cerimónia fúnebre, Armando Guebuza, presidente da República, foi uma das figuras que destacou os feitos de Matusse enquanto jornalista e escritor.

Guebuza disse que devido a sua dedicação e entrega ao longo dos anos de trabalho, Matusse granjeou respeito dentro do movimento sindical moçambicano que o viria a eleger como seu porta-voz nas negociações tripartidas.

Sublinhou que foi em reconhecimento do seu exemplo de dedicação à comunicação social, integridade e à extensa e notável de serviços prestados ao jornalismo que Hilário Matusse foi eleito secretário-geral da Organização Nacional dos Jornalistas de 1991 a 2005, tendo, nesta qualidade, liderado a sua transformação em sindicato.

Mostrando-se profundamente abalado com a morte, o estadista moçambicano lamentou o facto de se ter perdido capacidades e habilidades desta figura.

Em representação ao secretário-geral do SNJ, Eduardo Constantino, que se encontra em Pemba a participar nos trabalhos do X Congresso da Frelimo, Delfina Mugabe, engrandeceu a dedicação do malgrado à luta pela valorização e melhoria da situação dos colegas de profissão.

Delfina Mugabe afirmou que Hilário Matusse foi uma figura relevante de uma época que consentiu imensos sacrifícios para realizar uma grande obra da qual o jornalismo moçambicano de hoje é exemplo e beneficia.

Nascido a 22 de Junho de 1956, na então cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, Hilário Matusse iniciou-se como jornalista em 1982, integrado no quadro redactorial da Revista FTempoT. Passou ainda pelo jornal partidário VanguardaV e pela TVE – Televisão Experimental de Moçambique, onde exerceu o cargo de chefe da Redacção entre 1990 e 1992. Colaborou em quase todos os jornais do país e outras publicações. Em 1991 foi eleito pela primeira vez secretário-geral da Organização Nacional de Jornalistas, mandato que renovou em 1996, prolongando-se até 2005 quando deixou aquele cargo.

PAG 16 e 17 CENTRAIS

Corrida para as terras da Ka Tembe sufoca administração

Por Emídio Beúla

Fotos de Urgel Matula

Cerca de 70% das audiências que o administrador do distrito municipal da Ka Tembe concede por dia estão relacionadas com pedidos de concessão de parcelas de terra. Luís Francisco Matsinhe fala de uma pressão muito grande de latifundiários e especuladores de terra que atravessam a baía com ambiciosos projectos imobiliários cuja aprovação não compete a um administrador municipal a sua aprovação.

Ka Tembe, um pedaço da capital do país que fica do outro lado da baía, viu as suas terras valorizarem-se rapidamente com o anúncio da construção da ponte entre as duas margens e estradas. O projecto cuja primeira pedra foi lançada há uma semana pelo Presidente da República, Armando Guebuza, inclui a urbanização do distrito municipal da Ka Tembe. Os descampados do interior já estão a ser alvos de interesses imobiliários, cujas pontas de lança já estão a sufocar a agenda do administrador Matsinhe, um homem humilde e pouco dado a formalismos burocráticos. Muitos empresários e especuladores de terra só se apercebem que a sua humildade não é sinónima de falta de integridade quando vêem seus chorudos envelopes recusados. Quando a táctica de envelope esbarra-se com uma firme rejeição, as relações com políticos influentes são accionadas para contornar o formalismo estatal de aquisição de terras. “As pessoas aparecem sozinhas a solicitar extensas parcelas de terra e como eu não posso autorizar, começo a receber chamadas de grandes dirigentes deste país a me pressionar. Outros empresários aparecem com envelope e dizem: receba isto, depois falamos. Não aceito e já alguém me disse na cara que ia morrer pobre”, desabafa, em declarações ao SAVANA esta segunda-feira.

No seu simples gabinete de trabalho, Matsinhe já recebeu um empresário a solicitar dezenas de hectares de terra para a implementação de um projecto imobiliário de duas mil casas. “A única coisa que fiz foi informar a ele para depositar o projecto na sede do Município ou marcar audiência com o Presidente”, explica, acrescentando que se ofereceu a acompanhar o empresário até ao Município de Maputo.

SUSPENSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE PARCELAS

O Município suspendeu a atribuição de DUATs (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) aos munícipes em Maio de 2011. A corrida para Ka Tembe foi travada para evitar construções desordenadas e aguardar pela implementação do plano de urbanização. À época não estava claro onde seria o espaço reservado para residências, hotéis e restaurantes, comércio, indústria, bombas de combustíveis e outras infra-estruturas. Agora está tudo definido no plano de estrutura urbana integral, que complementa o plano

parcial de urbanização da Ka Tembe elaborado em 2007 pela Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da UEM. Na zona próxima da baía não será autorizada a construção na vertical. Só mais para o interior será permitida a construção de prédios. A ideia é permitir uma vista ao mar para todos. O administrador Matsinhe lembra que não foi fácil parar com a atribuição de terrenos em 2011. Tal como não está sendo fácil a proibição de novas construções na zona. “Há pessoas que vêm para aqui com sacos de cimento seco e reclamam que seu material está a estragar-se porque a administração não autoriza novas construções”, lamenta o administrador, que nas suas visitas aos bairros é muito criticado pela medida.

“Mas temos de manter a mão de ferro”, reconforta-se. As proibições e suspensões não param por aqui. Num passado recente, a administração decidiu parar de receber pedidos de concessão de espaços. A tendência altista dos pedidos ameaçava ultrapassar a quantidade de parcelas disponíveis. À altura da suspensão de atribuição de DUATs, Ka Tembe tinha disponíveis 10 mil parcelas para habitação.

Nos arquivos da administração estão perto de três mil pedidos de parcelas de terra. Para o Município foram já enviados mais de dois mil. Mais de cinco mil pedidos aguardam por despacho, numa região que tem disponíveis 10 mil parcelas.

Todas as segundas-feiras os dirigentes do distrito reúnem-se para o balanço de actividades semanais. “Nesses encontros aproveito para sensibilizar os meus colegas, sobretudo secretários dos bairros, a não cederem a pressões de procura de terrenos”, explica. Alguns mostram resistência, mas Matsinhe prefere falar de colegas que não estão preparados para a luta. “Eles acham que estamos a inviabilizar negócios em que eles poderiam resolver os seus problemas”. Nas reuniões semanais, os secretários dos bairros reportam à administração casos de pessoas que estão a construir ilegalmente e de venda de terrenos.

CIDADELA PARLAMENTAR

Até aqui, apenas dois projectos de vulto foram autorizados na Ka Tembe. Trata-se da cidadela parlamentar e do projecto do FFH (Fundo para O Fomento de Habitação). As futuras infra-estruturas do Poder Legislativo vão ocupar uma área de 160 hectares em Chamissava, um dos cinco bairros da Ka Tembe. O administrador contou ao **SAVANA** que já decorrem trabalhos de arruamentos no terreno, a cerca de 10 quilómetros da administração. Mas a Assembleia da República disse que o espaço não era suficiente para acomodar todos os serviços. “Vimos que não estávamos em condições para oferecer mais espaço, pedimos uma parte aos nossos vizinhos de Matutuine”. O FFH recebeu uma parcela de 10 hectares para implementação de um projecto de habitação. Estes são, segundo Matsinhe, os únicos projectos oficialmente validados para Ka Tembe. Mas fala-se de outros projectos de iniciativa governamental, como seja os casos da futura Praça dos Heróis e sede do Governo Central. Sobre a Praça dos Heróis, o administrador apenas fez notar que já há um espaço identificado, mas quanto à sede do executivo apenas “ouviu dizer”.

Mas de uma coisa tem certeza: “A pressão é maior e não poderemos aceitar todos os projectos, senão ficamos sem espaço para a população”.

REASSENTAMENTO

Na margem da Ka Tembe, cerca de uma dezena de moçambicanos e chineses fazem as primeiras perfurações no mar a partir de um pequeno barco.

As obras a cargo da CRBC (Construtora Chinesa de Estradas e Pontes, numa tradução livre da sigla inglesa) já iniciaram com o lançamento da primeira pedra em cerimónia dirigida pelo Chefe do Estado. Até aqui o Conselho Municipal de Maputo e a empresa pública de Desenvolvimento de Maputo Sul ainda não fizeram deslocar nenhuma família ou empresa afectada pelo traçado do projecto.

Na zona da Malanga estão no perímetro do projecto mais de 800 famílias que deverão ser transferidas para Ka Tembe, Zimpeto e distrito de Marracuene. No distrito municipal de Ka Tembe decorre o seu levantamento, resultado da introdução de pequenas alterações no traçado de estradas. Mas o administrador local que também chefia a comissão de reassentamento estima que o número não estará acima de 500 famílias. No primeiro levantamento, foram registadas pouco mais de 400 famílias afectadas.

Todas as famílias afectadas na Ka Tembe serão transferidas para bairros do mesmo distrito.

Citando um relatório, Matsinhe disse que na zona da Malanga maior parte das famílias estão a arrendar as casas. E essas preferem receber o dinheiro de compensação e saírem para arrendar em outro bairro. Mas os proprietários das casas reclamam junto à comissão que integra técnicos da empresa Maputo Sul a indemnização pela casa e espaço. “O Conselho Municipal decidiu que tanto a pessoa que está a arrendar quanto o dono, todos devem beneficiar da compensação. Queremos dar a oportunidade à pessoa que está a arrendar para ter um espaço onde possa construir a sua própria habitação”, explica o interlocutor.

A zona afectada da Malanga é um emaranhado de casas desordenadas, algumas construídas sobre as barreiras de protecção. Não admira que num quintal convivam entre 10 a 15 famílias. “Apesar do sistema de consultoria ser muito rigoroso, nós acreditamos que o número de famílias afectadas na zona da Malanga poderá vir a crescer”, diz Matsinhe. Quando o projecto foi anunciado, há mais de três anos, houve a necessidade de proibir novas construções para evitar mais custos no processo de indemnização. Mas porque o projecto sofreu um interregno devido à crise da Europa que ditou a falta de financiamento pelo

executivo português, algumas pessoas foram levantando pequenas casas. “Para quem tem casa, o modelo de compensação será terreno e casa. A nossa ideia é de que o Conselho Municipal e a empresa Maputo Sul contratem uma empresa para construir casas das famílias. As casas a serem construídas serão em função das casas destruídas”, explica o chefe da comissão de reassentamento.

O objectivo é evitar ao máximo casos de pessoas que depois de receber dinheiro para construir uma nova habitação, usam-no para outros fins e depois voltam a reclamar outro valor. O nosso interlocutor lembra os casos vividos aquando da reabilitação das avenidas Milagre Mabote, Julius Nyerere e Marcelino dos Santos, todas no Município de Maputo.

“As falhas detectadas em outros projectos vão nos ajudar bastante. Nós temos que defender a população e o projecto. A população não deve sentir-se humilhada, desamparada por quem devia defender os seus interesses”.

CRBC PRESSIONA MUNICÍPIO

Orçado em USD 725 milhões, o projecto da ponte sobre a baía de Maputo, estradas Ka Tembe – Ponta D’Ouro e Bela Vista – Boane constitui um dos maiores investimentos públicos em infra-estruturas rodoviárias no país. O projecto é maioritariamente financiado pelo Exim Bank da China, sendo 85% do valor em crédito comercial e 10% a título concessional. O Governo moçambicano comparticipa com 5%. O projecto sob gestão da empresa pública Maputo Sul é comercial, pelo que as estradas estarão equipadas com quatro portagens para viabilizar a sua sustentabilidade. A primeira estará na Ka Tembe, perto da ponte, a segunda na zona do cruzamento das estradas Bela Vista/Boane e Ka Tembe/Ponta D’Ouro, a terceira no entroncamento para Ponta D’Ouro e a última na zona da fronteira com a África do Sul.

O empreiteiro é a CRBC, a mesma construtora que está a executar os 74 km da grande Circular de Maputo, um projecto orçado em USD 315 milhões, também financiado pelo Exim Bank da China. O executivo de Maputo comparticipa com USD 15 milhões.

Apesar das obras terem oficialmente arrancado, ainda não há máquinas no terreno, salvo o pequeno batelão que assegura as perfurações no mar para análises geotécnicas.

O **SAVANA** apurou que tanto o Conselho Municipal como a empresa Maputo Sul estão a ser pressionados pelo empreiteiro para retirarem as famílias que estão no traçado do projecto. O prazo era até ao fim de Setembro a zona norte do projecto (Malanga) estar livre para o início dos trabalhos. Mas o administrador diz que é impossível entregar aquela zona livre dentro dos prazos. Decorre uma negociação com a construtora no sentido de iniciar com os trabalhos no mar, enquanto as autoridades moçambicanas transferem as famílias. É uma proposta que deverá ser aceite, atendendo que o empreiteiro ainda aguarda pela chegada dos navios que transportam o material e as máquinas. Os locais para a instalação de estaleiros centrais já foram identificados, incluindo os locais para a extracção de pedra e argila.

“Nunca foi surpresa”, secretária de Guachene

“Ter energia, telemóvel e não ter estrada, é como por fato e chinelos”, ironiza Maria Celeste Botão, secretária do bairro Guachene. Em declarações ao **SAVANA** esta terça-feira, ela manifestou total apoio ao projecto de ponte e estradas. “Não é surpresa, todos nós sabíamos, incluindo os nossos avôs, sabiam que um dia teríamos uma ponte para atravessar para Maputo e que Ka Tembe um dia iria mudar para cidade”. Nos residentes de Guachene há muita ansiedade, conta, indicando que há ainda muita incerteza de como as coisas vão acontecer. “As pessoas afectadas não sabem para onde serão transferidas”, conta Maria Botão. Ela lamenta que há “muitos desinformadores que andam a enganar pessoas, apontando falsos traçados da estrada”.

A secretária precisou que são 150 pessoas afectadas no bairro, incluindo machambas. A grande incógnita é o lugar para onde serão levadas, mas Maria Botão garante que de Ka Tembe não vão sair. A conserva decorreu no seu salão de cabeleireiro. Estava vazia, mas com a ponte ela espera mudanças significativas. “No Maputo há pessoas que sustentam as suas famílias trabalhando num salão, mas aqui é muito difícil”, diz, apontando para as cadeiras vazias.

Mapapai vão continuar

São três pequenos barcos que disputam passageiros com os dois ferryboats da empresa pública Transmarítima. Levam a designação de Mapapai, nome pelo qual é também conhecido o seu dono. “Meu pai chamava-se Mapapai, em casa tínhamos muitas papaieiras”, conta-nos Artur Mapapai, 53 anos. Avesso à exposição mediática, ele até recusou-se a ser fotografado. “Eu quero continuar no anonimato, estou bem assim”, justifica, em conversa com o **SAVANA** no seu estaleiro de reparação de barcos. Para além de barcos de transporte marítimo, Mapapai é proprietário do retiro da Ka Tembe, uma das poucas estâncias turísticas situadas do outro lado da baía. Ele já começou a facturar com o projecto: um grupo de técnicos chineses está hospedado

no seu retiro desde Agosto. O “check out” será em Dezembro. “Eles estão a fazer perfurações. Fizeram um dentro do meu espaço e agora estão a começar no mar. Não sei se o projecto passa mesmo por aqui”, diz apontando para o retiro. O pequeno batelão usado nas perfurações no mar foi montado pelos técnicos chineses no estaleiro de Mapapai. A ponte sobre a baía não vai implicar o fim da circulação de barcos de passageiros entre as duas margens. Mas Mapapai receia redução do número de passageiros, o que vai complicar as contas para manter os 31 trabalhadores. “Se não der vou mudar, estou preparado para isso. Estou no transporte marítimo desde 2004, mas antes estive na pesca de camarão e peixe”. Enquanto o transporte público cobra uma tarifa de cinco meticais, Mapapai cobra 10 meticais por pessoa. O preço foi revisto há dois anos, mas não compensa os custos, reclama. “A minha sorte é que os meus filhos é que fazem a manutenção dos barcos. O preço ideal seria 20 meticais”. Apesar de ser um projecto comercial, os barcos Mapapai têm uma forte componente social: agentes da PRM, enfermeiros e professores que trabalham na Ka Tembe não pagam pela travessia. “Tomei a medida para facilitar a sua deslocação. Quando circulava um ferryboat sempre chegavam tarde ao posto do trabalho”, explica-nos.

O primeiro Mapapai a transportar pessoas na baía foi comprada à Embaixada da Rússia. O dono lembra que na altura poucas pessoas aceitavam tomar o pequeno barco, apesar de muitas falhas no horário por parte do único ferryboat que garantia a travessia. “As pessoas perguntam se um barquinho ia mesmo chegar. Mas eu nunca tive acidente nesta actividade. As pessoas ganharam coragem e pediram-me mais um barco”, conta-nos.

E os camarões de Diogo?

“Vou continuar”, responde prontamente, sentando nos velhos bancos com vista para a baía. É um restaurante com grande significado simbólico. A 4 de Março de 1962, conta Eustério Cardoso Diogo, Samora Machel tomou ali seu último almoço em território moçambicano. O enfermeiro amigo do Diogo, pai de Eustério, estava a iniciar a longa caminhada para Tanzania, onde foi juntar-se com outros militantes da Frelimo. A árvore debaixo da qual Samora e Diogo almoçaram continua em pé. Um quadro com escritas a imortalizar o simbólico almoço. Na altura, Eustério Diogo tinha 16 anos. Samora era para um enfermeiro amigo da família que passava pela sua casa para lhe curar feridas. Lembra das tardes em o pai, um goês que imigrou para Moçambique na década de 20 do século passado, tomava vinho com Samora. Quando o restaurante abriu em 1962, obedeceu às regras do momento. Havia lugares para os brancos e para indígenas.

Famoso pelos camarões que serve, o restaurante Diogo sobrevive de memórias. No balcão de atendimento, muitas fotografias empoeiradas testemunham as visitas de figuras políticas do país, como Joaquim Chissano e Pascoal Mocumbi.

Com o projecto da construção da ponte e da urbanização haverá muita concorrência na área de restauração na Ka Tembe. Eustério Diogo está consciente das dificuldades que terá de enfrentar para competir: “Estou disposto a negociar novas parcerias”, afirma.

Para além de gerir o restaurante, Diogo preside a associação local de pescadores, com mais de 200 membros. O camarão, o prato forte do restaurante, é “arrastado” por único barco que Diogo ainda mantém. Falta quase tudo para desenvolver a actividade da pesca, desde motores fora do bordo, redes e incentivos. O pescado é conservado em pequenos frigoríficos. O centro de pescado construído com fundos de desenvolvimento distrital (sete milhões de milhões) no mercado principal para conservar o pescado em melhores condições não está a ser explorado pelos pescadores. Apesar de fazer parte do conselho consultivo, Diogo não sabe por que razão o centro é hoje usado para conservar frangos e peixe importado vendido localmente.

PAG 18 PAIS

“A ideologia do partido é o socialismo”

Por Isadora Ataíde

O 10º Congresso da Frelimo reúne em Pemba 1939 delegados e 1081 convidados. Três gerações de militantes encontram-se para discutir os problemas do país e os desafios do partido na sua governação. Nos 50 anos da Frelimo, o líder Armando Guebuza parafraseou o fundador. Em 1962 Mondlane dizia: “estamos aqui reunidos para apresentar os problemas e procurar soluções, para libertar Moçambique da dominação estrangeira”. Hoje eu digo que Moçambique é nosso, de todos os moçambicanos e de nós depende a libertação da pobreza. Para além da unidade na luta contra a pobreza, os delegados ao congresso identificam as dificuldades das províncias e os desafios internos do partido. Não apenas no hino da Frelimo, mas também na crença dos militantes, “o socialismo triunfará”.

“Os mega-projectos devem ser usados para reduzir a pobreza e para isso devem pagar mais impostos. Consolidar a unidade nacional continua como desafio da Frelimo, que deve apostar na melhoria das relações com os países vizinhos. Na província de Manica deve-se fortalecer o investimento na produção agrícola e expandir a rede de água e energia, bem como as vias de acesso. A Frelimo é socialista porque tem uma linha de pensamento social, preocupamo-nos com o bem comum”.

Venâncio Vereno, 57 anos, é secretário de propaganda, mobilização e organizações sociais da Frelimo em Manica.

“Enquadrar a juventude em todas as áreas de acção do governo deve ser a prioridade da Frelimo. Em Inhambane o maior problema é o desemprego, os jovens estão formados mas não há trabalho. Na área da educação, onde actuo, é preciso ultrapassar a falta de equipamentos, desde as carteiras aos computadores. Do ponto de vista da acção interna, temos de mobilizar a população para aderir aos órgãos sociais, somos um partido de massa e assim devemos continuar”.

Sandra Chamussidine, 31 anos, é professora em Inhambane. Filiada desde 2004, este é o seu primeiro congresso.

“Este é o meu primeiro congresso, sou convidado e estou filiado na Frelimo desde 1999. A minha expectativa é aprender sobre a democracia em Moçambique e trocar experiências com os camaradas das outras províncias. Espero que o congresso escolha o candidato a presidente, pois uma boa liderança é fundamental para o país. A prioridade da Frelimo deve ser combater a pobreza, e o país tem riquezas para isso”.

Alberto Soares, 34 anos, é empreendedor. Vive em Lichinga, Niassa, e actua na Organização da Juventude Moçambicana.

“A Frelimo tem uma grande responsabilidade, pois foi ela que nos trouxe a independência, libertou a terra e o homem. Agora queremos ver o povo a sair da pobreza, a alcançar o bem-estar social. Este é o congresso dos congressos, porque a Frelimo comemora 50 anos. Para além do desenvolvimento, temos responsabilidade na luta contra a corrupção, um grande mal. O partido continua socialista, como dizem os nossos estatutos, um socialismo do tipo democrático”.

Lucília Hama, 47 anos, é governadora da cidade de Maputo. Filiada na Frelimo desde 1984, este é o seu terceiro congresso.

“O trabalho com as mulheres deve ser prioridade para a Frelimo e para o país. As mulheres precisam emancipar-se para usufruir das riquezas e do desenvolvimento de Moçambique. A acção do partido deve centrar-se em atender as preocupações da população. Em Tete as vias de acesso, a água e a energia continuam como prioridades”.

Catarina Graça, 36 anos, trabalha na Frelimo. Filiada desde 1994, este é o seu primeiro congresso.

“Na área política da acção do partido penso que o fundamental é fazer as mulheres avançarem, porque são elas que estão a fazer os projectos sociais e a educar o povo. Nós mulheres queremos ter o poder de decisão. Na área do governo é preciso combater o desemprego, e o trabalho tem de ser no campo, na agricultura. Guebuza é um excelente líder, visita as províncias e ouve o povo, por isso deve continuar”.

Faustina Manuel, 59 anos, é camponesa e vive em Rapale, Nampula. Filiada na Frelimo desde 1974, este é o seu segundo congresso.

“Consolidar o desenvolvimento para eliminar a pobreza absoluta é o objectivo da Frelimo no governo de Moçambique, e o congresso reafirma esta ideia. Penso que duas preocupações devem ser centrais para a acção do partido: a saúde, com a eliminação das doenças endémicas, e a escolarização, com o fim do analfabetismo. Para estas tarefas eu defendo a continuidade do camarada presidente Guebuza”.

Casanova Caisse, 37 anos, é trabalhador da saúde. Filiado desde 1992, vive em Chiúre, Cabo Delgado.

“Penso que uma das prioridades da Frelimo é fortificar as bases a partir das células. Temos de voltar às bases para continuarmos a governar. Do ponto de vista do país as infraestruturas e o combate ao HIV-SIDA são os maiores desafios. Na Zambézia devemos aproveitar o potencial agrícola, podemos produzir, processar e exportar arroz e chá, por exemplo. Também temos perspectivas no sector turístico, mas ainda não o exploramos”.

Claudina Mazalo, 42 anos, vive em Quelimane, onde actua na Organização das Mulheres Moçambicanas. Filiada desde 2000, este é o segundo congresso em que participa.

“O processo de discussão das teses ao 10º congresso foi muito importante, definiu-se que a prioridade continua a ser o combate à pobreza e a geração de empregos. O homem não nasceu para ser pobre e o que se quer é trabalho, é o povo que faz a riqueza de um país. A ideologia do partido é o socialismo e vamos triunfar”.

Palmeirim Rubano, 56 anos, é funcionário público em Marromeu, Sofala. Filiado desde 1978, este é o segundo congresso em que participa.

Superlotação das cadeias preocupa PGR

Por Argunaldo Nhampossa

O Procurador-Geral da República, Augusto Paulino, aponta que os excessivos casos de detenção fora do flagrante delito constituem uma das principais causas da superlotação das cadeias da cidade e província de Maputo.

“Isto constitui um dilema porque o processo sumário não comporta a prisão preventiva, é de julgamento imediato ou deve realizar-se dentro de quinze dias, mas não se verifica”, disse Paulino.

As visitas efectuadas na última semana nas cadeias Civil e Central, nas Celas do Comando da Polícia da República de Moçambique (PRM) e no Bloco Operativo da Machava levaram o procurador a pronunciar-se.

“A superlotação das cadeias constitui um problema crónico no sistema nacional de prisões. A superlotação é grave na cadeia Central cuja capacidade é de 800 reclusos, mas conta com 1867, e na cadeia de Máxima Segurança da Machava (BO) cujas celas foram concebidas para 600 detidos e actualmente alberga 864 reclusos”, detalhou Paulino.

Outro factor a agravar a superlotação é a inobservância dos prazos de prisão preventiva, o que na óptica do PGR deve-se a entrega tardia dos mandatos de soltura. Segundo ele, também há problemas na instrução de processos, que em alguns casos coloca reclusos em celas que não coincidem com os crimes praticados.

O magistrado notou que no âmbito da descentralização os tribunais distritais de primeira e segunda classe têm registado um maior volume de trabalho. Também criticou a concentração de esforços na tramitação de processos, deixando pouco tempo para os casos de crimes sumários. Paulino defendeu a necessidade de se estudar o reforço destes tribunais com a abertura de mais secções.

Para resolver os problemas foram elaboradas recomendações e designadas responsabilidades. Foi definido o prazo de 15 dias para os magistrados do Ministério Público e inspectores da Polícia de Investigação Criminal (PIC) na cidade e província de Maputo visitarem as cadeias, verificarem a situação dos reclusos e tomarem medidas.

O controlo penal é uma das melhorias apontadas por Augusto Paulino na gestão dos estabelecimentos prisionais. Também se inicia a informatização dos processos dos reclusos, o que vai permitir maior controlo, inclusive para reinserção social dos presos. Alimentação, higiene dos presos e limpeza dos estabelecimentos também tiveram nota positiva na avaliação de Paulino.

Edifício da PIC abandonado

O PGR confessou não ter dados para comentar a situação de abandono das instalações da Polícia de Investigação Criminal da Província. O edifício foi inaugurado há mais de um ano, em 24 de Julho de 2011, e até hoje não funciona por não ter sido equipado.

“Fizemos uma entrega formal do edifício e houve demora por questões relacionadas com equipamentos. Já não tenho outro desenvolvimento sobre o assunto”, disse Paulino.

As instalações da PIC Província deveriam responder ao problema da mistura de reclusos condenados e sob investigação nas mesmas celas. Com celas capazes de acolher 120 pessoas em situação de prisão preventiva, o edifício conta com um circuito de monitoria para controlar os movimentos dos detidos. O imóvel custou 3,45 milhões de USD e foi financiado pelo governo da China. No entanto, os agentes da PIC continuam a trabalhar em compartimentos anexos à 5ª Esquadra da PRM, na Machava. As condições são péssimas, e as celas improvisadas agravam a superlotação.

PAG 19 OPINIAO

A partida do Rei

Veio a nascer na região a Sul de Moçambique depois de ter se deixado transportar pelos pára-quadras do seu pai da Força Aérea do mundo, quando deixou a beleza da cultura chinesa, aterrando ao solo de boa gente, setenta e três anos antes da sua vida.

Se seus pais não tivessem ambição de luta pelo estômago do ser humano, talvez nascesse na terra dos Too shus, da sua estatura baixinha e amarelo da sua cor. Aliás, porque este King não passava de um sujeito que veio para a terra justificar o um do Mundo do seu cidadão comum neste mundo sem fronteiras montadas pelo estômago vazio, o sublinhar da diferença entre classes sociais.

Confesso que se não fosse a história, seria proibido de falar deste gigante de dimensão indizível, de características indescritíveis porque os seus olhos pareciam que não vissem nada que seria por ele vincado para sempre. Os seus ombros pareciam de um lançador de disco que de um proprietário da arma que dizia sim ao sim, e não à negação, afirmando o justo de hoje e de amanhã.

Ser-me-ia difícil, claro, se não fosse a história, tirar vozes de luto a um Rei que descreveu o dia reles de quem sucumbia pelo desaparecer de 83, ano de massacre pelo vazio de estômago. Se não fosse a beleza ao trabalho deste rei, diferente dos reis africanos, que para além do roubo às massas, violam a integridade de suas filhas e terra virgem em nome do poder; Ele dizia não às bandeiras de farrapos de um povo limpo com a sua arma sem estrondo.

Não tinha guarda-costas que a multidão que lhe admirava em qualquer disparo justo à justiça; Lembrome de ter partilhado o “chão da relva” com ele no meio da inúmera multidão da Machava, metralhando a sequência de fotogramas que vieram justificar o golo inegável à equipa adversária num mundo de futebol que hoje, mesmo com as redes, o golo golo, é contestado e ganho pelos fortes. No mesmo relvado, enquanto o João Paulo II caía nas malhas das massas católicas na Machava, levantava a palma para o pousar do pombo branco, ficando sua imagem do dia que a visita Papal aos anos de ontem.

- Como é que foi possível com esta arma tão pequena e preta chamada Nikon F, claro sem motor que impulsionasse a rapidez do disparo? A humildade do King, trouxe-me o tamanho da força da sua existência

, Humildade, dizendo : - António , às vezes calha (...)! Sorte de ter um professor, Rei da história imortal . Os Reis das massas de hoje, são temidos, particularmente pelos homens vestidos de malaias da paz, praticando a acção do Homem no " gallows" em nome das liberdades não libertas, porque enquanto a palavra do King não é livre, como é que seria a liberdade da acção do Rei, que com as suas balas sublinham a palavra inegável do escriba, irmão gémeo do Rei da imagem viva do Mundo.

Mesmo assim, no mundo de hoje, dizem não à verdade do escriba ou da imagem do rei em nome da manipulação. O que piorará com a sua morte da arma viva e imortal. Com a sua arma, o pé da sua vida, o olho da sua vida, o pensamento da sua vida, o sonho da sua vida, em última análise, a "vida da sua vida" testemunhou a violação de um homem macho, em frente da sua família pela MOLIFRE, em defesa da justiça injusta. Transcreveu no livro da história a deportação das massas populares do seu país ao seu país do norte, em nome da operação produção, numa terra de operações ao ar livre.

Tomava banho no chuveiro do seu revelador e fixador da sua câmara-escura com o Muianga que até certo ponto chamavam-no racista pela falta de análise e compreensão do porquê do banho do chuveiro com o Rei dos Reis , **Kokwana** do seu nome que coincide com a sua idade de ontem . Porque as suas palavras latentes eram transformadas pelo Alberto em luz do ouvido das massas populares. Dizia-me o Rei **Kokwana**, que Você não sabe tirar mentiras aos Homens com óculos (...)! Isso no tempo revolucionário e da Tempo, dando aulas à continuação do que seria hoje, o imortal de sua existência.

Fez da pobreza a rainha dos homens que o choro de sempre, fazendo do homem do chão um historiador. Do "Night", a Naita de sua existência humana, é um rei que não deixa gravidezes que justificam a violação de crianças , mas homens que com sua arma , farol da liberdade da palavra, a independência de sua existência.

Quem é o Pass para falar de Kings desta dimensão do sol ardente que nem conheceu a Voz Africana , uma publicação que fez do rei **Kokwana** sua voz ; Quem é o Pass que falará do Rei sem conhecer o mentício da tarde ou das tardes anoitecidas? Passacul que não sabe que a Tempo do tempo foi feito também pelo king, para além do Savana da minha geografia física? O Pass, simplesmente conheceu o pouco das maravilhas da sua vida.

Heróis como o **Kokwana**, não morrem e, se morressem, não existiria sepultura que os escondesse pelo seu tamanho maior que o do Rorqual mas sim, a sua Cremação da cinza que voltaria ao mar, pois, a vida nasce do mar, é do mar que o Homem depende e , é no mar que a vida do Rei continuará e a liberdade da imagem se preservará.

Se o **Kokwana** do seu nome Kok Nam, morresse, dir-lhe-ia adeus . Um rei da fotografia Moçambicana e da história verdadeira do mundo é arquivo da História natural desta Terra, nunca e nunca morrerá . Eu, inocente da minha história, nunca direi adeus a ela porque no mundo ninguém até hoje se despediu da sua própria história.

Estamos juntos Kokwana na luta pela restituição da palavra à palavra!
Passacul (António Muchave)

PAG 20 DESPORTO

Enviada ao Presidente da República Carta da LMF já mexe Por Paulo Mubalo

A carta que a Liga Moçambicana de Futebol, LMF, enviou, recentemente, ao Presidente da República, Armando Guebuza, queixando-se da falta de fundos para movimentar aquilo que é tido por vários segmentos como a competição de montra do nosso futebol, o Moçambola, continua a polarizar as atenções de muitos aficionados pela modalidade e não só. São reacções de apoio à Liga e sobretudo de esperança por melhores dias.

Com efeito, segundo o **SAVANA** apurou, alguns desportistas vaticinam mudanças profundas no nosso desporto e acreditam que o Governo vai abrir os cordões à bolsa. "O Chefe de Estado vai intervir para se mudar o cenário, e eu não descarto a hipótese de o desporto, em geral, e o futebol, em particular vir a ser objecto de análise no 10º Congresso da Frelimo ou em ocasiões futuras, até porque depois do encontro do presidente com os desportistas, ele endossou a bola ao Conselho de Ministros", afirma Eugénio Mula, antigo jogador do Mahafil.

Ponto de partida

Desportistas ouvidos pelo **SAVANA** relativamente ao conteúdo da carta da Liga Moçambicana de Futebol, enviada recentemente ao Presidente da República, Armando Guebuza, afirmaram que com este acto de coragem demonstrada pelos seus subscritores, estão lançadas as bases para que o Governo passe a apoiar o Moçambola de outra forma.

Entendem, os nossos entrevistados, que a LMF tem desempenhado com mérito o trabalho que lhe compete, razão pela qual goza de muita credibilidade junto dos seus principais parceiros.

Porém reconhecem que o apoio que recebem não é suficiente para se ter um futebol mais competitivo.

Jaime Bata, ex-jogador do Ferroviário das Mahotas, afirmou que a LMF está preocupada pelo desenvolvimento do futebol, “sendo por isso que teve de escrever uma carta ao presidente da República para lhe dar a conhecer o ponto de situação do futebol do no país. É uma posição corajosa”, referiu.

No mesmo diapasão, Arlindo Guambe, 27 anos adepto tricolor, disse não dispor de muitos detalhes sobre a carta, mas que acredita que se a LMF está a queixar-se ao Presidente da República sobre o tratamento que recebe do Governo é porque não se faz desporto sem fundos. “Julgo que a preocupação da Liga é oportuna”, asseverou.

A fonte diz, noutros desenvolvimentos, que a posição da Liga de defender um moçambola no sistema de todos contra todos e em duas voltas é a melhor do que um moçambola que se disputa por regiões.

“Com o moçambola a ser disputado nos moldes actuais o país é que fica a ganhar e o seleccionador nacional tem mais possibilidades de conhecer os melhores atletas que evoluem na prova por forma a chamá-los para a selecção”.

Carlos Zibia, adepto do Ferroviário, é da opinião de que a LMF está a trabalhar mais do que muitos clubes, pois ela é que procura patrocinadores para viabilizar a competição, “pelo que não faz sentido que algumas colectividades não consigam honrar alguns compromissos com os seus jogadores. A LMF está a trabalhar demais e está de parabéns a actual direcção encabeçada por Alberto Simango Júnior”, anotou.

Maturidade da LMF

Para os nossos entrevistados, a Liga Moçambicana de Futebol é o exemplo de uma instituição em crescendo e o termómetro disso é o facto de os patrocinadores abrirem os cordões à bolsa ainda que esses fundos estejam muito aquém das reais necessidades.

A título ilustrativo, nos últimos anos os relatórios de contas, de actividades e outros documentos que anualmente são submetidos à apreciação, são aprovados sem muitos reparos, exceptuando pequenos pedidos de explicações de ordem técnica de um ou outro detalhe.

Recentemente, a LMF prometeu fazer uma vassourada a todos os árbitros que concorressem para desvirtuar a verdade desportiva e já existem algumas vítimas; dirigentes e jogadores que provocam desacatos também não escaparam.

Pressupostos

Mas a LMF parte dos seguintes pressupostos para existir melhor tratamento por parte do Governo:

Que o futebol é a modalidade que mais praticantes movimenta em todo o país; que é um movimento catalizador de massas; que é um instrumento político relevante; que é um motivador da micro -economia nas capitais provinciais; que é um dos factores indispensáveis para a unidade nacional; que é o que serve de montra para o país inteiro.

“O futebol transformou-se num movimento catalizador de massas, o que mais populações movimenta e um instrumento político relevante”, esclarece a direcção da Liga.

E acrescenta: “é dos poucos eventos mobilizadores da população, sem o qual a monotonia iria prevalecer sobre o enorme entusiasmo que a prova leva domingo a domingo a essas cidades funcionando por vezes como motivador da micro economia local, e principal diversão do povo, com contornos que o caracterizam como um dos factores indispensáveis para a Unidade Nacional”.

A Liga entende que a abolição da integração dos clubes nas empresas públicas veio complicar seriamente a saúde de muitas colectividades.

Lei do Mecenato

Por outro lado, a Liga diz a dado passo da carta que “aquela que supunha ser a alavanca principal e o instrumento motivador do apoio ao desporto, a chamada Lei do Mecenato, não é suficientemente motivadora e a sua aplicação prática é extremamente complexa.

Desta forma, a Liga sugere a sua simplificação de modo que qualquer empresa através de documentação simples e prática se sinta motivada a apoiar o futebol e o desporto em particular, podendo recolher benefícios imediatos dessa participação.

“Vimos desfilar investimentos estrangeiros na ordem de milhões de dólares no nosso País, discursos emotivos são feitos de forma sistemática tentando salientar, que os planos de investimento contemplam componentes sociais. E perguntamo-nos, porque não no futebol? Amiúde, dizemos que o nosso deficit é tão irrisório que bastava um gesto de boa vontade de meia dúzia dessas empresas, para o desporto em geral e o futebol em particular mudarem radicalmente para melhor”.

Desportistas de Moamba clamam por apoio

Por Zaqueu Massala

Alguns desportistas da vila da Moamba, na província de Maputo, acusam o governo local de não prestar apoio às actividades desportivas. Segundo contam, esta situação concorre para a estagnação do desporto naquela parcela do país.

O **SAVANA** constatou que apesar de haver muitos jogadores que procuram mostrar o seu talento, os técnicos e os árbitros não possuem formação específica na área.

Joaquim Feliciano Gomes, por sinal o único técnico com formação de treinadores de nível 1, e professor de educação física, diz que o desporto é quase inexistente naquela vila.

“Aqui o desporto está parado e ainda por cima não temos apoio do governo local. Temos vários jovens amantes de desporto, mas faltam condições materiais e financeiras para realizarmos os campeonatos. Neste ano não disputamos o campeonato, salvo pequenas competições da BEBEC”, conta o professor.

Outro problema não menos importante, é a morosidade do processo da eleição do novo secretário da associação de futebol. Segundo explicou, já lá vai um ano que o processo da eleição do novo secretário está parado, devido à morosidade de alguns postos administrativos que ainda não entregaram os resultados do processo de votação.

“O nosso maior desafio é entretermos todos os jovens desta vila através do desporto para evitarmos que estes não optem por caminhos errados. Porém, está difícil porque não temos apoio do governo”.

Os empresários também são acusados de não estarem interessados em apoiar o desporto.

“O governo deveria incentivar os empresários para apoiarem o desporto, mas pelos vistos ninguém está preocupado com isso. Aliás, é tarefa ou responsabilidade do governo procurar um patrocinador, e fazer um elo de ligação com os clubes”, aponta.

No que toca ao diálogo, a fonte anotou: “nós não temos nenhum fórum para discutir os problemas que o desporto enfrenta e das quatro vezes que tentamos reunir para expor as nossas preocupações mas não chegamos a nenhum consenso”.

E avança: “Nós gostaríamos que o governo acompanhasse par e passo as nossas actividades desportivas, não se explica que numa vila como esta não haja campeonato, depois do brilharete do ano passado”.

A fonte observou que a maioria dos campos localiza-se num terreno impróprio para a prática desportiva o que contribui para a fraca durabilidade das bolas.

Paulo Agostinho, treinador da Académica, diz que o desporto na Moamba precisa de ser analisado com profundidade.

“Para dar uma ideia, durante a realização, ano passado, do torneio BEBEC, não tivemos prémios, nem bolas”, desabafa o treinador.

“Eu como treinador já tentei por diversas vezes expor as preocupações, mas até aqui nem água vem nem água vai. O mesmo cenário repetiu-se este ano quando terminou o torneio BEBEC, pois recebemos apenas uma taça e os outros prémios ainda não nos foram entregues”.

PAG 29 PAIS

Manuel Vicente: de empresário a político

Manuel Vicente tomou posse nesta quarta-feira como vice-Presidente de Angola, traduzindo a continuidade da relação de confiança com o chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, depois de 13 anos à frente da petrolífera Sonangol.

Dos negócios para a política, em seis meses Manuel Vicente tornou-se no 'número dois' de José Eduardo dos Santos na lista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) às eleições gerais em Angola. Segundo a Constituição angolana, os números um e dois da lista vencedora das eleições gerais tornam-se automaticamente Presidente e vice-Presidente da República.

A 31 de Janeiro, depois de muita especulação, Manuel Vicente, até então presidente da empresa pública de petróleos Sonangol, foi confirmado pelo Presidente da República como ministro de Estado e da Coordenação Económica.

Já na altura visto como uma estrela em ascensão, Vicente, de 56 anos, tornou-se no principal coadjutor do Presidente na condução da política económica de Angola e tem vindo a aparecer cada vez mais como uma "figura proeminente" do MPLA.

A 13 de Junho assumiu o segundo lugar na lista do partido às eleições gerais de 31 de Agosto, ultrapassando dirigentes com peso e folha de serviços partidária, mas que não conseguiram contrapor as suas vontades aos desejos do Presidente.

Fiel a uma reputação de discrição, a sua primeira aparição pública como ministro só aconteceu três meses depois de entrar no Governo, a 10 de Maio, quando apresentou o balanço das actividades do executivo de José Eduardo dos Santos no primeiro trimestre de 2012.

Os rumores que o situavam como o preferido de José Eduardo dos Santos na cadeia de sucessão começaram em Março de 2011, quando Vicente, citado pelo semanário angolano Novo Jornal, disse que até ao final desse ano deixaria a presidência do conselho de administração da Sonangol.

Engenheiro de formação e presidente da Sonangol entre 1999 e 2012, Vicente tem um perfil atípico, já que não fez carreira no exército nem no MPLA.

Manuel Vicente construiu o seu passado sempre nos petróleos, subindo a pulso no interior da Sonangol, tornando esta empresa de simples concessionária e distribuidora numa importante investidora, com activos financeiros na Europa, Ásia e América, além de ter criado subsidiárias em alguns países africanos, sobretudo de língua portuguesa.

Da passagem de Vicente pela Sonangol há também a reter o facto de ter transformado uma empresa petrolífera num conglomerado onde coexistem participações nos capitais sociais dos mais variados sectores: dos combustíveis aos serviços, passando pela banca, seguros e transportes.

Manuel Vicente formou-se em Engenharia na Universidade Agostinho Neto, em Luanda, e antes de ser nomeado director-geral adjunto da Sonangol, em 1991, desempenhou, entre 1981 e 1987, as funções de chefe da unidade de energia da Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos.

(Lusa)

PAG 31 CULTURAL

Lília Momplé ganha prémio José Craveirinha

Por Abdul Sulemane

A escritora Lília Maria Clara Corriente Momplé foi agraciada, na semana finda, com o prémio de literatura José Craveirinha edição 2011, tendo sido atribuída o diploma de honra e um valor na ordem de vinte e cinco mil dólares norte-americanos.

Patrocinado pela Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), o prémio teve como membros do júri Ungulani Ba Ka Khosa, Aurélio Furdela, Lucílio Manjate e Jorge Oliveira. Segundo Jorge Oliveira, Secretário-Geral da Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), a atribuição deste prémio demonstra o interesse no desenvolvimento da cultura moçambicana. “Lília Momplé é um dos faróis que abrihantará os escritores emergentes, uma vez que as suas obras retratam um mundo imaginário repercutindo-se no dia-a-dia do povo moçambicano. A sua escrita está associada ao nacionalismo, à contestação, à militância e ao protesto. Ela é um expoente da moçambicanidade, mas no contexto em que o país está inserido”, disse Oliveira.

Marcelo Ponguana, escritor, afirmou que a distinção confere mais atenção às obras, mas não se pode deixar impressionar pelos galardões. Entretanto, tem de usá-los como incentivo para continuar a desenvolver a sua escrita visto que esta atribuição compreende a sua vocação literária.

Lília Momplé disse estar muito feliz pela premiação. A escritora dedica o prémio às mulheres moçambicanas e espera que sirva de incentivo para outras pessoas engrenarem no mundo da literatura para que elas tenham voz. “A falta de auto-estima e justiça no género feminino contribui bastante para que elas não tenham voz na sociedade”, explica Lília.

O prémio José Craveirinha foi instituído em 2003 com vista a distinguir os autores moçambicanos que se destaquem nos géneros de poesia, ficção narrativa e drama. Os organizadores decidiram agregar valor ao evento, tornando-o num prémio que homenageie um artista que dedicou a sua vida na área literária.

Paulina Chiziane, Mia Couto, Armando Artur, João Paulo Borges Coelho, Ungulani Ba Ka Khosa, Aldino Muianga e Calane da Silva, são alguns escritores que já venceram o prémio de literatura José Craveirinha.

A escritora Lília Momplé já publicou os livros Ninguém Matou Suhura, Neighbours e Os Olhos da Cobra Verde. Mercê da sua actividade literária e profissional, tem obras traduzidas em diversas línguas, designadamente inglês, francês, italiano e alemão, tornando-se numa escritora incontornável no panorama literário nacional assim como internacional.

Representou Moçambique durante quatro anos na UNESCO, facto que fez granjear prémios, diplomas e outras distinções.

Profissionais da cultura em capacitação na China

No âmbito do Protocolo da Cooperação Cultural 2011-2014 assinado entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Popular da China em Maputo, em 2011, o Ministério da Cultura iniciou um programa de capacitação de curta duração, que vai beneficiar 60 profissionais da cultura dos Órgãos Central e Provincial.

Os beneficiários serão dotados de conhecimentos científicos e técnicos para a melhoria do desempenho nos domínios de Gestão Cultural, Preservação e Valorização do Património cultural e Desenvolvimento Institucional. O primeiro grupo já se beneficiou desta formação que decorreu de 06 a 24 de Agosto de 2012, o segundo parte a 17 de Setembro corrente até 03 de Outubro e o terceiro grupo partirá em 2013.

Enquanto isso decorre na cidade da Beira, o Seminário Nacional sobre Acção Artístico-Cultural, sob lema “Acção Cultural Dinamizando a Diversidade Cultural”. O evento conta com a participação de dirigentes, quadros e técnicos da Direcção Nacional de Acção Artístico-Cultural, das Direcções Provinciais de Educação e Cultura, bem como das Casas Provinciais e Distritais de Cultura.

O Seminário abordará temas como as estratégias de implementação do Plano Estratégico da Cultura (2012-2022); o balanço das actividades do sector da acção cultural nas direcções provinciais e nas casas de cultura nos últimos cinco anos; o Associativismo cultural; a proposta de Política Nacional das Casas de Cultura. Este encontro apreciará, igualmente, a Carta de Renascença Cultural Africana; a proposta de candidatura do Mapiko, do Tufo e do Xigubo à lista de Património Oral e Imaterial da Humanidade, bem como os participantes visitarão locais de interesse histórico e cultural da cidade da Beira.

(A.S)

Liloca homenageia mulher com novo disco

A cantora Luísa Zélia Madada, mais conhecida por Liloca, vai lançar no próximo dia 29 de Setembro, no Cine África o seu mais recente trabalho discográfico para homenagear e reconhecer os feitos da mulher moçambicana.

A intitular-se “Mulher Moçambicana”, o disco comporta 16 músicas de ritmos que variam desde a marrabenta, afro e House Music. Produzido por Slowl, Cadu e Mr. Dino, o disco conta com a participação de Valdemiro José, Slowl, Miss Zav, DI Ardiles, Dj Damost e Dygo Boy.

Para fazer a festa de lançamento do disco, que é edição individual, Liloca convidou Hermínio, Mc Roger, Mr. Bow, Anita Macuácuá, Sweet Boys, Ivete, Ta Basily, para além dos músicos que participam no disco. Falando sobre o disco a cantora afirmou: “dedico este disco à mulher moçambicana e ela é cantada nas várias vertentes. Canto a mulher mãe, trabalhadora, a que pretende casar, a romântica. Esta é a forma que julguei ideal para reconhecer os esforços da mulher moçambicana e homenageá-la”. Liloca já lançou dois álbuns, nomeadamente: Tic Tac e Magnífico.

(A.S)

Palestra homenageia Noémia de Sousa

O Arrabenta Xithokozelo realizou uma conferência, no Instituto Camões, em homenagem a escritora, poetisa, Noémia de Sousa, comumente conhecida como a mãe dos poetas moçambicanos. O encontro teve como lema a influência da poesia de Noémia de Sousa na literatura Moçambicana e contou como oradores o Professor, Doutor Francisco Noa, Nelson Saúte e o poeta Eduardo White.

Arrabenta Xithokozelo é uma associação sem fins lucrativos, existente desde o ano 2004, com maior enfoque de trabalho na área cultural; na qual desenvolve trabalhos de promoção, divulgação e debate, com vista a difusão e aprimoramento de conhecimento relativo às artes e cultura, bem como instigar o conhecimento e reconhecimento dos diversos actores culturais moçambicanos.

Escritora moçambicana, Carolina Noémia Abranches de Sousa Soares nasceu a 20 de Setembro de 1926, em Lourenço Marques (hoje Maputo), Moçambique, e faleceu a 4 de Dezembro de 2002, em Cascais, Portugal.

Poeta que numa espécie de postura predestinada, desembaraçando-se das normas tradicionais europeias, de 1949 a 1952 escreve dezenas de poemas, estando muitos deles dispersos pela imprensa moçambicana e estrangeira. Com apenas 22 anos de idade, surge na senda literária moçambicana num impulso encantatório, gritando o seu verbo impetuoso, objectivo e generoso, vincado, bem fundo, na alma do seu povo, da sua cultura, da sua consciência social, revelando um talento invulgar e uma coragem impressionante.

Mestiça, revela ser marcada por uma profunda experiência, em grande parte por via dessa mesma circunstância de ser mestiça. A sua poesia, desde logo, se mostrou “cheia” da “certeza radiosa” de uma esperança, a esperança dos humilhados, que é sempre a da sua libertação. Toda a sua produção é marcada pela presença constante das raízes profundamente africanas, abrindo os caminhos da exaltação da Mãe-África, da glorificação dos valores africanos, do protesto e da denúncia.

Poesia de forte impacto social, acusatória, a sua linguagem recorre estilisticamente à ressonância verbal, ao encadeamento de significantes sonoros ásperos, à utilização de palavras que transportam o “grito inchado” de esperança. Noémia de Sousa, como autêntica pioneira da Literatura Moçambicana (como assim sempre foi considerada) preconiza - no seu percurso literário - a revolução como único meio de modificar as estruturas sociais que assolam a terra moçambicana.

Sempre, e desde muito cedo, pretendeu que o seu povo avançasse uno, em colectivo, em direcção a um futuro que alterasse os eixos em que se fundamentava a atitude do homem, mas sem nunca fazer a apologia da desumanização. Afirmava-se, acima de tudo, africana e apostava fortemente na divulgação dos valores culturais moçambicanos. As propostas essenciais da sua expressão literária vão do desencanto quotidiano, de uma certa amargura, de uma certa raiva, até ao grito dorido, até ao orgulho racial, até ao protesto altivo que contém a pulsação danada contra cinco séculos de humilhação.

Apesar de breve porém prolifera, a passagem de Noémia de Sousa pelo panorama da literatura moçambicana, a qualidade dos seus textos não deixou, jamais, de ser reconhecida e admirada. Apesar de a escritora ter afirmado sempre que não valia a pena reunir os seus poemas num livro, foi lançada em 2001 uma colectânea da sua obra, intitulada *Sangue Negro*, em homenagem ao seu 75.º aniversário.

(A.S)

Mensagem

Neste Moçambique
Onde se irmanam
Civilizações do Índico e Banto
Com Heróis traídos
Escorregando em tapete de musgo
Enxadas, Fábricas, Ciências, Artes, Dignidade
Ecoando os tambores de Maguiguana
Compõem novas estrofes da Sinfonia
De Tufo, Nyau, Timbila
A voz solista de Nós
Derrubando ilegais novos exploradores
E falsos libertadores
Vão compondo as estrofes da libertação

João Mendes

ULTIMA

A hora do fecho

- ◆ Há quem disse que no Congresso do partidão há quem tenha chegado em classe executiva e volta na económica, depois dos desaires que sofreu nas eleições, o momento das maiores excitações do conclave de Pemba.
- ◆ Apesar de ter chamuscado todas as penas, quem vai regressar na executiva vai ser o boss da companhia de bandeira que esteve num autêntico “vai-e-vem” entre Maputo e Pemba. O também homem das togas arrisca-se a ver o lugar disputado por uma menina que fez toda a logística do transporte aéreo do congresso e, ainda por cima, levou uma estrondosa ovação por ter sido reconduzida na estrutura a que pertence. O papá dela ia gostar de ver ...
- ◆ Quem regressa de Pemba com os peitorais mais inchados é o jovem tigre. Cumpriram-se os vaticínios de ascensão meteórica. Resta saber se vai ser necessário manter um bom “cash flow” para os cofres da antiga Pereira do Lago, porque neste mundo materialista ninguém dá nada a ninguém.
- ◆ Nas alegrias e no ranger de dentes, há um delegado tuga que saiu fumegante e sem botar faladura no Congresso. O homem ficou chateado por o terem colocado a falar depois dos seus colegas de outros partidos da tuga, pelos vistos mais amigos da frelo. O bom do “ndapota” deveria ter-lhe contado a resposta do bom do amigo Baptista Cosme, que na réplica à mudança da rua V. Lenine para rua W. Churchill, respondeu ao embaixador de sua majestade que foram os ensinamentos do primeiro que ajudaram a vencer a luta. Tudo a propósito de meia dúzia de carrinhos do lixo ...
- ◆ Em sentido inverso, deve ter saído o querido representante do partido dos trabalhadores da Coreia do Norte. Pode reportar em Pyongyang que há um líder africano que foi eleito com 98,76% dos votos expressos e, dinasticamente, como na sua pátria amada, há uma sucessora em preparação, temperada nas árduas batalhas de combatente pela libertação nacional.
- ◆ Entre as chamadas a vários camaradas, ecoou bem forte na sala do congresso, o nome de um comentarista televisivo recentemente vergastado pelo homem mais temido da Casa Branca que se ocupa dos media. O comentador em causa estava tranquilo em casa a ver o “directo” da tv que vestiu a rigor as cores do congresso a expensas do erário público.
- ◆ Camarada dos tempos idos, o senhor ideologia dos anos 70 e também do controle dos media, pôs a boca no trombone para perguntar sobre a nova designação de moçambicano como “genuíno” e “não genuíno”. Os seus apoiantes dizem que estão a “malemizar” o partido de Mondlane e Samora.
- ◆ Nos corredores do congresso, meios de negócios e fiscalistas da praça queriam colocar as suas perplexidades ao mano Chang, depois do anúncio de página dado ao jornal do banco central, a propósito dos 175 milhões de verdinhas cobrados às mais-valias da Cove Energy. O anúncio dos homens do fisco faz várias referências à PTT EP tailandesa, a empresa que comprou os 8,5% no Rovuma, mas quem de facto tem matéria colectável a declarar é a Cove, a empresa que meteu ao bolso 1961 milhões de verdinhas.

Em voz baixa

- ◆ Será que o homem que esteve todo feliz com a camisete frelo em Pemba, quando chegar a Maputo, vai analisar com os seus pares do CSCS todas as tropelias cometidas durante o congresso pelas e contra a rádio e televisão que são supostas de ser editorialmente independentes à luz da lei ?

Por alegada doença da juíza de instrução criminal Legalização da prisão de Bakhir adiada

A apresentação do empresário Mahomed Bakhir Ayoob à juíza de instrução criminal para efeitos da legalização da prisão foi, mais uma vez, adlada por motivos da doença da juíza. Bakhir Ayoob, que está detido deste a última sexta-feira, em conexão com os raptos e assassinatos de empresários moçambicanos de origem asiática, estava marcada para a manhã desta quinta-feira.

O estado de saúde da juíza Helga Matola adiou, esta quinta-feira, a definição do futuro do empresário Bakhir Ayoob. Helga Matola é a magistrada de instrução criminal que deverá decidir se o empresário Bakhir Ayoob continua ou sai da cadeia.

Este é o segundo adiamento da apresentação do empresário. A previsão inicial era que Bakhir Ayoob fosse presente ao juiz esta quarta-feira, mas por razões não devidamente clarificadas a audiência foi adiada para quinta-feira.

Porém, mais uma vez, o acto não se verificou por alegada doença da juíza de instrução criminal.

O adiamento da apresentação de Bakhir Ayoob à juíza de instrução foi-nos confirmado por Máximo Dias, advogado do empresário. Sem dar muitos detalhes, Máximo Dias confirmou-nos ainda que o estado de saúde da juíza é que esteve por detrás do adiamento.

“A lei diz que a apresentação do arguido ao juiz de instrução criminal para efeitos de legalização ou não da prisão deve efectivar-se dentro de 48 horas. Mas como vê, nada é propositado. São razões alheias”, disse.

Bakhir Ayoob, proprietário de várias lojas na capital moçambicana, é indiciado de ser um dos mandantes dos raptos e sequestros que nos últimos meses têm estado a criar um verdadeiro terror nas cidades de Maputo e Matola, particularmente para o grupo de vítimas preferenciais, nomeadamente cidadãos e famílias financeiramente bem posicionadas. Bakhir é também indiciado de ser o protagonista da onda de assassinatos que sacudiram Maputo nos últimos meses. Destes, alista-se Ahmad Jassat, dono da Expresso Câmbios, e Momade Ayob, do grupo “Ayob Comercial”, mortos a tiro em circunstâncias que sugerem mortes encomendadas.

No interrogatório policial, segundo apurou o **SAVANA**, há indicações de Bakhir Ayoob ter já confessado dívidas avultadas com os dois empresários ligados ao sector de troca de moeda. No total, fala-se de uma dívida que ronda USD 17 milhões.

A detenção do empresário coincidiu com a apresentação à comunicação social de três alegados autores de raptos. Porém, ao contrário de outros detidos, a Polícia não exibiu, até ao momento, a cara do empresário e tudo fez no sentido de evitar que a imprensa tivesse acesso às imagens de Bakhir Ayoob. Neste momento conta-se em 20 o número de supostos raptos sob custódia policial.

Mais de 30 pessoas foram sequestradas desde meados do ano passado nas cidades de Maputo, Matola e Nampula, sendo libertadas mediante pagamento de elevados resgates.

Pessoas próximas ao Bakhir Ayoob descrevem-no como sendo um jovem de “frescuras” e que gosta de luxo. É um jovem fã de carros de alta cilindrada, de mulheres e de viagens de luxo aos Emiratos Árabes Unidos e Brasil. Bakhir Ayoob é esposo de Zainab Bachir, filha do conhecido empresário moçambicano, Momade Bachir Sulemane. Ao que o **SAVANA** apurou, a esposa de Bakhir Ayoob deverá também ser ouvida pela Polícia nos próximos dias sobre as actividades do marido.

Contudo, a família Bachir distancia-se do caso.